

## AMBIÇÃO EUROPEIA PARA PORTUGAL

Com os socialistas, Portugal entrou na Europa e, anos mais tarde, marcou os seus destinos ao definir a "Estratégia de Lisboa", hoje a pedra de toque do desenvolvimento da União Europeia. Estivemos na fundação do euro e nunca regateámos o nosso empenho no aprofundamento da construção europeia, dando mostras de um europeísmo sem reservas. Num momento em que a União vive uma das fases mais complexas da sua história, com a integração de dez novos membros e a previsível aprovação de uma Constituição, Portugal e a Europa têm eleições para o Parlamento Europeu marcadas para Junho. É preciso que o País vote no PS e mostre um cartão vermelho a este Governo de direita que prometeu aproximar-nos da média comunitária e cada vez nos está a deixar mais longe. Com vista à realização da Convenção Nacional do PS do próximo dia 28, o partido tem fervilhado de iniciativas por todo o País e já tem pronto o seu documento-base de manifesto eleitoral, apresentado na última reunião da Comissão Política. Mais uma vez os socialistas tomam a dianteira do debate europeu.

3, 14 e 15



### ENTREVISTA

**Alberto Costa:**  
Repór a integridade  
da Estratégia  
de Lisboa

12



### JUSTIÇA

**PS apresenta  
reforma do  
processo penal**

5

### GABINETE DE ESTUDOS

**Nove fóruns  
temáticos  
em Março**

8

## CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

28 DE FEVEREIRO CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA (ANTIGA FIL)

# PREPARAR A CONVENÇÃO SOCIALISTA SOBRE A EUROPA

Em suplemento a este número, o "Acção Socialista" publica o documento-base para a Convenção que se irá realizar em Lisboa, no próximo dia 28 de Fevereiro. A publicação, em tempo útil, do documento tem por finalidade principal habilitar todos os militantes com o conhecimento do texto e das propostas que ele contém, de modo a que o debate interno se processe nas melhores condições, com tempo para a análise, a troca de ideias e a apresentação de eventuais sugestões de alteração e melhoria. O sítio electrónico aberto pelo PS tornará mais rápido, intenso e aberto o debate das ideias.

Entretanto, várias reuniões públicas, sucessivamente realizadas em Braga, Beja e Porto, preparam também os trabalhos da Convenção, colocando em destaque alguns dos seus temas e chamando ao seu esclarecimento personalidades da área da esquerda democrática. Uma campanha de opinião projectará para todo o País a caminhada para a Convenção. Dela sairá o nosso manifesto eleitoral para as eleições europeias, com ela as eleições europeias instalar-se-ão definitivamente na agenda política do partido e da sociedade a que se dirige.

Não é de mais encarecer o significado das eleições para o Parlamento Europeu. Por várias razões. São, em si mesmas, um momento incontornável da expressão e do confronto entre diferentes visões e programas para a construção europeia. São uma ocasião soberana para a avaliação do percurso seguido por Portugal no processo de integração europeia e para a avaliação dos resultados e dos fracassos das políticas nacionais desenvolvidas para garantir esse percurso. São um teste à capacidade dos vários partidos para comunicarem com o eleitorado, escutar e exprimir os anseios das populações, falar dos seus problemas e das propostas para resolvê-los. E são finalmente a abertura de um ciclo político-eleitoral que conterà, ainda este ano, as eleições regionais, em 2005 as autárquicas e, em 2006, as presidenciais e as legislativas.

Os socialistas devem encarar com atenção todas estas razões. Mas a sua atitude deve ser profundamente optimista. Sem euforias descabidas, nem menorização de adversidades. Mas com a plena consciência de que, em todas as dimensões, o PS tem uma posição e uma mensagem claras e que a transformação de uma e outra em vitória depende sobretudo de nós próprios – da nossa iniciativa, do nosso trabalho, da nossa confiança, da nossa vontade.

Em Junho próximo, os Portugueses vão ser chamados a escolher entre projectos alternativos para a Europa. Ora, só o PS apresentará um projecto político coerente, fundado na estabilidade e na sinceridade das posições, e

inteiramente favorável, sem qualquer dúvida ou reserva mental, ao aprofundamento da construção europeia. A direita irá coligada, numa união meramente táctica e contra-natura; e por consentir em alinhar nessa coligação com o PP partido histórica e visceralmente antieuropeu, o PSD sacrificará a sua tradição europeísta. À esquerda do PS, quer PC quer Bloco ainda hoje manifestam desconforto e reticências face à integração!

Depois, os portugueses vão ser ainda chamados a avaliar a situação do País à luz dos critérios e padrões próprios da União Europeia, assim como a avaliar as políticas nacionais que melhoram ou pioram tal situação. Ora, em qualquer destas duas vertentes, os resultados são evidentes e as responsabilidades também. Desde Abril de 2002, quando a direita passou para o Governo, Portugal tem retrocedido e tem divergido com a União. Lembram-se das promessas de Durão Barroso de que, com ele a primeiro-ministro, a nossa economia cresceria sempre um por cento acima da média comunitária? Pois é altura de fazer-lhe pagar a promessa! Com a política irresponsável da direita, a economia não cresce, diminui e o país não converge, diverge, isto é, afasta-se, fica mais para trás, relativamente aos seus parceiros europeus!

Não se diga, pois, nem se permita que outros digam que Junho é para discutir a Europa e não a política interna. Uma coisa não existe sem a outra! São as políticas recessivas do actual Governo, o corte no investimento público, a perda de receita fiscal, o abuso das operações contabilísticas, o recuo nas políticas sociais, a desvalorização da educação, a insensibilidade perante o desemprego, a absoluta incapacidade de pensar dinamicamente a economia e as finanças, são essas políticas que conduzem ao afastamento de Portugal face à Europa, e são essas, portanto, que estarão em causa quando discutirmos este afastamento. E, por outro lado, o alinhamento cego com o unilateralismo do Presidente Bush, contra a opinião da Comissão Europeia e da maioria dos Estados-membros, a aceitação acrítica da teoria da guerra preventiva à margem do sistema legal internacional, a cumplicidade activa de Durão Barroso com a gigantesca e intolérável manipulação sobre "armas de destruição maciça", tudo isto também nos colocou, no plano político, mais longe da tradição europeia – e tudo isto tem de ser avaliado e castigado nas urnas, em 13 de Junho.

O PS não tem, pois, de temer o próximo acto eleitoral. Pelo contrário, tem de fazer dele a prova real do que ouvimos nas ruas e lemos nas sondagens: que o País começa a ficar farto da política da direita, tacanha, paroquial e incompetente, e que está desejo de lhe mostrar um grande, um enorme sinal vermelho!



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**Desde Abril de 2002, quando a direita passou para o governo, Portugal tem retrocedido e tem divergido com a União. Lembram-se das promessas de Durão Barroso de que, com ele a primeiro-ministro, a nossa economia cresceria sempre um por cento acima da média comunitária? Pois é altura de fazer-lhe pagar a promessa!**

## RETOMA EM LISTA DE ESPERA

ANTÓNIO COLAÇO

- Ouço passos, és tu que estás aí, Manela?!
- O que é que me escondes?!
- Voltámos a falhar nas previsões da retoma?!
- Estamos em lista de espera, Zé Manel!



## COMISSÃO POLÍTICA

# PS LANÇA CAMPANHA EUROPEIA E DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO

As duas últimas semanas foram particularmente importantes em iniciativas do Partido Socialista com vista à preparação da Convenção Europeia do PS, que se realiza no próximo dia 28 e marcará o arranque para a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. O ex-Presidente da República e euro-deputado, Mário Soares, abrirá os trabalhos da Convenção.

O anúncio desta decisão foi feito pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, na reunião da Comissão Política do passado dia 5, onde revelou que Mário Soares aceitou o convite para abrir o encontro, cujo regulamento e o regimento foram igualmente aprovados. "É com enorme satisfação que vamos ouvir a sua experiência de cinco anos de grande trabalho ao serviço do país e do ideal europeu", disse Ferro Rodrigues, que voltou a referir que o ex-Presidente da República não voltará a ser candidato ao Parlamento Europeu.

Na última reunião da Comissão Política



Ferro Rodrigues anunciou à Comissão Política que Mário Soares aceitou o convite para abrir a Convenção Nacional do PS

foi também apresentado o documento-base para a Convenção, que pode ser consultado nesta edição do "Acção Socialista". O documento apresenta algumas orientações para o debate e para a campanha que se vizinha, sendo agora posto à discussão nas estruturas do partido para que os militantes possam dar os seus contributos.

Entretanto, sairá para a rua uma campanha de marketing político com cartazes que serão espalhados pelo País, cuja principal mensagem pretende dar a conhecer aos portugueses que o PS é o partido da Europa, tendo sempre estado na linha da frente do envolvimento de Portugal na construção europeia.

Finalmente, no dia anterior à realização da Convenção, realizam-se três debates temáticos sobre questões de actualidade europeia: "Portugal e a 'Estratégia de Lisboa'", "Portugal e a construção europeia", e "A política externa da União".

## FERRO RESPONSABILIZA GOVERNO PELA GRAVE CRISE NA FUNÇÃO PÚBLICA

*O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, responsabilizou o Governo pela "maior crise de sempre", desde o 25 de Abril de 1974, na Administração Pública, acusando ainda o primeiro-ministro de "insensibilidade social".*

"A Administração Pública atravessa a maior crise de sempre, desde que temos um regime democrático em Portugal: uma crise de valores, de confiança e de eficácia", afirmou Ferro Rodrigues, no Parlamento, durante o debate mensal com o primeiro-ministro.

Respondendo ao discurso de Durão Barroso, que apelou a um entendimento entre PS e PSD sobre a reforma da Administração Pública, o secretário-geral lamentou a "auto-satisfação" do chefe do Governo, que acusou de "autismo político".

Ferro Rodrigues referiu ainda que os diplomas do Governo que "puseram fim aos concursos públicos para as chefias intermédias e sobre o contrato individual de trabalho para os trabalhadores da Administração Pública" impediram um consenso sobre essa reforma.

"O País ficou também a saber que o Governo se prepara para mais um ataque ao apoio à doença na Administração Pública e mais de um milhão de pessoas podem sofrer as consequências dessa reforma na ADSE", afirmou, questionando Durão Barroso sobre o que pretende fazer quanto ao apoio à doença dos funcionários do Estado.



Os 12 cêntimos de aumento do subsídio de refeição dos funcionários públicos são tão pequenos que não se vêem

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS teceu também duras críticas à "retenção de deduções do IVA" pelo Ministério das Finanças e a retenção de descontos para a Segurança Social de cerca de 600 funcionários pelo Ministério da Justiça. "É inconcebível", disse, classificando ainda de "tragédia" os esclarecimentos prestados na audiência parlamentar por Celeste Cardona. Por outro lado, Ferro Rodrigues mostrou-se indignado pelo exiguo aumento de 12

cêntimos do subsídio de refeição dos funcionários públicos, mostrando duas moedas de cinco cêntimos e uma de dois. "São tão pequeninas que nem se vêem", disse, acusando o Executivo PSD/PP de desconsiderar os trabalhadores e os sindicatos. "A moralização, a simplificação dos procedimentos e a aproximação da Administração Pública aos cidadãos está suspensa desde a tomada de posse do Governo", denunciou.

### Visita do Secretário-Geral ao Distrito de Leiria

13 e 14 de Fevereiro de 2004

#### Dia 13, Sexta-feira

15.00h

Recepção junto à Fortaleza de Peniche e visita ao espaço para onde estava prevista a construção da Pousada Histórica

17.00h

Visita ao Instituto Politécnico/Escola Superior Enfermagem de Leiria

19.30h

Recepção oficial na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

20.00h

Jantar com autarcas, militantes, simpatizantes do PS e independentes, no Restaurante Solar, na Praça do Município, em frente à Câmara

#### Dia 14, Sábado

10.30h

Visita a pé pelo centro da cidade de Leiria com passagem pela área de intervenção do Polis que se encontra completamente paralisado

12.30h

Almoço com Secretariado da Federação

14.30h

Abertura da Convenção Autárquica Concelhia de Leiria

## FINANÇAS PÚBLICAS

## FRACASSO TOTAL NA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

O problema das finanças públicas tem sido usado como “arma de arremesso político”, mas com fracasso total quanto aos resultados. Para ultrapassar a situação que a Direita, em dois de desgovernar, criou e agudizou, não basta fazer apelos ao entendimento nem assinar documentos de conciliação. Os socialistas aceitam como necessário um consenso alargado em prol da resolução da crise financeira nacional, mas defendem que esta opção cabe à maioria parlamentar e ao Executivo, mediante a aceitação da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e a alteração da metodologia de elaboração do Orçamento de Estado.

Esta a reacção do PS, que, pela voz do líder da bancada socialista, resumia o resultado de uma reunião entre a direcção da bancada e os subscritores de um “manifesto” que pedia um compromisso entre os vários partidos sobre a matéria. António Costa, em declarações aos jornalistas depois do encontro no Parlamento, desvalorizou o documento

e declarou que a opção de criar condições para gerar consenso cabia ao Governo e à maioria, responsabilizando o Executivo pela falta de entendimento no *dossier* das finanças públicas.

Quanto ao manifesto, no qual personalidades de vários quadrantes políticos, como Correia de Campos, Vital Moreira, João Salgueiro e Ernâni Lopes, entre outras, pedem aos “partidos da maioria governamental” e “da oposição” um “compromisso político plurianual” sobre esta matéria, o presidente do GP/PS qualificou-o de “bastante genérico” e disse que “qualquer um subscreveria esse apelo”, mas advertiu que “é preciso ter uma noção muito clara daquilo em que é útil e possível haver consenso”.

“O Governo tem maioria absoluta, ao contrário dos dois governos anteriores, e não houve nada que deixasse de fazer devido ao voto do PS”, disse António Costa, acusando a maioria e o Governo de não dialogarem com a oposição, nem com a sociedade civil”.

Costa sublinhou ainda o facto de os



socialistas terem sido os primeiros a receber os subscritores do manifesto, entregue no dia 30 de Janeiro ao presidente da Assembleia da República,

informando que o PS apresentou ao grupo de economistas o projecto socialista de revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Segundo António Costa, o debate parlamentar agendado para a tarde do dia seguinte não constituía “nem o princípio nem o fim do processo” e voltou a defender que, além do Programa de Estabilidade e Crescimento – “tema que, à partida, não gera consenso” –, deveriam ser discutidas “alterações ao método de elaboração do orçamento e a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)”.

Acusou ainda “o Governo de fingir ignorar a decisão da Comissão Europeia de 13 de Janeiro de iniciar a revisão do PEC e comporta-se como se Portugal fosse inexistente na União Europeia”. Costa recordou igualmente as afirmações feitas pelo ex-primeiro-ministro Cavaco Silva favoráveis a uma revisão do documento europeu e concluiu que um consenso sobre finanças públicas em Portugal “não é possível sem a alteração das regras de elaboração do orçamento e sem que Portugal tenha um projecto de revisão do PEC”.

MARY RODRIGUES

## DEBATE SOBRE O PEC

## VOLTE-FACE DO GOVERNO REAFIRMA RAZÃO SOCIALISTA

Os socialistas rejeitaram, na globalidade, o projecto de resolução da maioria parlamentar de direita sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, votando favoravelmente, porém, três dos dez pontos do documento e abstendo-se em cinco.

O PS acolheu naturalmente de forma positiva a recomendação da maioria determinando que a posição de Portugal sobre uma eventual revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento “seja previamente concertada com a Assembleia da República”, bem como a obrigatoriedade de submeter a deliberação parlamentar, quer os Programas de Estabilidade, quer as respectivas actualizações, e ainda o relatório sobre a evolução da despesa pública.

Os socialistas votaram ainda a favor da necessidade de assegurar níveis suficientes de investimento público, mas chumbaram a recomendação que apoia as linhas de orientação da revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento e a proposta da continuação das reformas estruturais, nomeadamente nos sectores da saúde, educação e segurança social.

As restantes propostas, que passam pelo equilíbrio das finanças públicas em 2010, a fixação de um tecto global da despesa primária, a redução das despesas de consumo público, a reestruturação do sector empresarial do Estado e prioridade absoluta à fraude e evasão fiscais, mereceram a abstenção dos socialistas.

Recorde-se que o projecto de resolução da maioria PSD/CDS-PP foi alterado após o debate do passado dia 4, de modo a incluir contributos da ministra das Finanças bem como alguns do próprio PS.



O PS apresentará oportunamente propostas concretas geradoras de consensos relativamente ao rigor orçamental e ao controlo da dívida pública

A maioria chegou a propor o adiamento por uma semana da votação do texto, mas os socialistas exigiram a retirada da proposta e não apenas o adiamento da sua votação, assegurando que o voto do PS seria sempre contra, “hoje ou daqui a uma semana”, conforme garantiu António Costa, levando o PSD e o CDS-PP um dia depois, a apresentarem o seu texto a votos.

Durante a discussão plenária, que durou cerca de quatro horas, os socialistas afirmaram que as propostas apresentadas pelo Executivo constituem um volte face e uma resposta ao apelo do PS para a discussão de questões centrais de finanças públicas.

Na sua intervenção, a deputada socialista Elisa Ferreira afirmou que a ministra de Estado e das Finanças, nas propostas que trouxe ao Parlamento, espelhava um “volte face na posição do Governo”.

O Executivo “passou a discutir assuntos de fundo, reagindo ao apelo do PS”, disse a ex-ministra do Planeamento, sendo secundada pelo deputado João Cravinho, para quem Manuel Ferreira Leite terá deixado a maioria “muda e calada, por uma coisa que já foi retirada da mesa”.

A ministra das Finanças apresentou, no início do debate parlamentar sobre finanças públicas portuguesas, as novas propostas aos deputados, à volta das

quais esperava obter um consenso, não fazendo referência ao projecto de resolução apresentado pela maioria PSD/CDS-PP.

Na sua intervenção, Manuela Ferreira Leite mostrou-se disponível para acolher algumas das medidas recomendadas pelos governos socialistas, em particular pela Estrutura de Coordenação da Reforma da Despesa Pública (Ecordep).

“A senhora ministra de Estado trouxe uma lista de temas e não de propostas”, que não constam da proposta de resolução do PSD e CDS-PP sublinhou Elisa Ferreira, sugerindo que o ex-primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva

poderia ter sido “o inspirador de Ferreira Leite naquele volte-face”.

## PS avança com inovações legislativas

Ainda durante o debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, João Cravinho anunciou que o PS vai apresentar “inovações legislativas” para a criação de um Comité de Peritos Independentes, indo além do projecto de resolução do Pacto de Estabilidade e Crescimento que já antes tinha entregue. Este será constituído por membros escolhidos pela Assembleia da República, em maioria qualificada, tendo por objectivo “dar parecer sobre o rigor e as consequências técnicas das propostas de lei do Orçamento e medidas de especial relevância para o futuro das finanças públicas”, disse.

Paralelamente, os socialistas propõem a criação de uma Unidade Técnica Orçamental que deve dar ao Parlamento “avaliações objectivas e altamente profissionais do impacto orçamental, a curto, médio e longo prazo” de propostas do Governo e oposição.

Respondendo ao apelo do Presidente da República para que os maiores partidos com assento na Assembleia da República cheguem a consenso sobre as finanças públicas, o PS propôs ainda a elaboração de um orçamento plurianual e limitativo dos grandes agregados da despesa pública (despesa total, despesa corrente primária, bem como uma orçamentação por objectivos).

Estas propostas permitiriam o “consenso quanto ao rigor orçamental continuado no tempo e o controlo da dívida pública”, argumentou, na ocasião, o deputado João Cravinho.

M.R.

## REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

## UM PASSO CONCRETO PARA A REFORMA

*O PS está empenhado em contribuir positivamente para a reforma da justiça penal, uma vez consensualizada a necessidade de Portugal ser um Estado mais eficiente no combate à criminalidade e mais eficaz na protecção dos cidadãos. Para isso, feito que está o diagnóstico, é preciso passar às soluções concretas, garantindo ainda que as leis sejam aplicadas "com qualidade em tempo útil". Assim, os socialistas colocaram à discussão pública, por 60 dias, o seu anteprojecto de articulado para um novo Código de Processo Penal.*

Maior responsabilidade para as autoridades judiciárias, mais rigor no controlo das escutas telefónicas e o encurtamento do prazo máximo de prisão preventiva são três das ideias centrais do anteprojecto de reforma do Código de Processo Penal (CPP) apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS).

Em conferência de Imprensa, que decorreu no passado dia 29 de Fevereiro, no Parlamento, António Costa, líder da bancada do PS, explicou que o projecto, entregue esse mesmo dia, na Assembleia da República, abre "uma nova fase de discussão pública" para analisar "soluções (legislativas) concretas", naquilo que considerou ser "um passo concreto rumo à reforma da justiça penal em Portugal".

Os socialistas esperam também que este debate aberto forneça pareceres e opiniões que contribuam para aperfeiçoar a base de trabalho sério e criterioso que apresentam na redacção de mais de 800 artigos.

"O País está consciente da necessidade da reforma", frisou Costa, que juntamente com Jorge Lacão e outros deputados socialistas apontou alguns dos objectivos da iniciativa, entre os quais uma definição mais "adequada e proporcional" das condições de aplicação do segredo de justiça, incluindo dos "efeitos da sua violação".

Por outro lado, visa-se também "uma

maior responsabilidade das autoridades judiciárias no cumprimento das regras do processo", de modo a que se garantam os prazos para ele estabelecidos e uma "regulação mais clara do controlo dos actos praticados".

Neste último aspecto, essa regulação deve abranger não só actos "do Ministério Público (MP) em relação aos órgãos de polícia criminal (PSP, GNR, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)", mas também dos actos do juiz de instrução em relação ao MP", bem como dos actos "do tribunal superior em relação às decisões de primeira instância", com garantia efectiva dos direitos dos sujeitos processuais.

Sublinhando a necessidade de reforço dos direitos, liberdades e garantias, o PS defende a "clarificação dos requisitos exigidos da constituição de arguido e das condições de exercício da defesa".

Relativamente às escutas telefónicas, os socialistas advogam a "definição rigorosa" dos pressupostos que permitem a realização das mesmas, bem como das "formalidades exigíveis na sua realização e dos instrumentos de controlo da legalidade dos procedimentos".

#### Mais competências para o juiz singular

António Costa salientou que o anteprojecto do PS abrange múltiplas áreas do CPP, desde o alargamento da



competência do juiz singular até a uma maior abrangência do uso das chamadas "pulseiras electrónicas" como meio alternativo à prisão.

No caso concreto da vigilância electrónica de arguidos, os socialistas entendem que as pulseiras electrónicas não devem servir apenas como meio alternativo à prisão preventiva, mas permitir "antecipar a liberdade condicional" de reclusos condenados. Outra das medidas propostas pelos GP/PS no anteprojecto vai no sentido de "analisar à luz de criteriosas exigências de recuperação, tratamento e aplicação de Programa Individual de Recuperação" os delitos que tenham como causa dominante a toxicod dependência, pretendendo com isto apostar em soluções de suspensão provisória de processo, de reintegração do arguido e aplicação de medidas alternativas à prisão.

Segundo o líder do grupo parlamentar socialista, é preciso "ajustar a complexidade do processo penal à realidade da criminalidade (portuguesa), que é de baixa intensidade", englobando o crime de furto.

A questão de fundo da reforma do CPP prende-se com a eficiência do no

combate à criminalidade e na tutela das garantias e dos direitos dos cidadãos e não à satisfação da "pressão mediática". No anteprojecto de reforma do CPP, o PS quer o encurtamento proporcional dos prazos máximos de aplicação das medidas de coacção e em especial da prisão preventiva, a qual, na criminalidade mais comum, "não deve ultrapassar os quatro meses até à acusação".

"Trata-se de uma matéria da maior sensibilidade, uma vez que está em causa situação privativa da liberdade em fase que prevalece a presunção de inocência", refere a exposição de motivos do anteprojecto socialista.

Nesta mesmo enquadramento, o PS propõe como prazos máximos de prisão preventiva: três meses em caso de crime

praticado em flagrante delito ou a que corresponda a forma de processo abreviado (o mais simples e rápido de todos), quatro meses quando se aplicar o processo comum, seis meses em crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a oito anos, oito meses quando o crime for grave e se revelar de excepcional complexidade, e dez meses em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada.

Quanto às escutas telefónicas e outras formas de interceptação de comunicações privadas, o PS propõe que estas só possam ocorrer para crimes com uma moldura penal superior a cinco anos, salvo nos chamados "crimes de catálogo".

Exige ainda "mais detalhados parâmetros de fundamentação" do despacho do juiz a autorizar as escutas, sendo "obrigatoriamente estabelecidos prazos para a interceptação, não podendo ultrapassar os 30 dias, sucessivamente prorrogáveis, cumpridas as demais formalidades legais, até ao limite de cinco vezes".

Os socialistas estabelecem igualmente ainda que "cada auto de interceptação identifique claramente todos os dados do cumprimento do despacho judicial" que autorizou a escuta.

Outra exigência do PS prende-se com o auto de transcrição de escuta, bem como com o auto de destruição, que deverá estar "sempre subordinado ao prévio exame dos visados, o que constitui requisito de valoração da prova em qualquer fase do processo".

No que diz respeito ao segredo de justiça, a solução apresentada pela bancada socialista vai no sentido de a violação deste preceito se aplicar a quem "tem contacto directo com o processo".

MARY RODRIGUES

#### JORGE LACÃO DENUNCIA

### MAIORIA MALBARATA O TEMPO E AS OPORTUNIDADES

Face a um Governo que parece ter-se especializado em anunciar o que não faz e em não fazer o que anuncia, o PS age com determinação política e afirma que "esta maioria não pode continuar a malbaratar o tempo e a oportunidade das soluções que se impõem", nomeadamente na área da justiça.

Na intervenção política que fez no Parlamento de apresentação à câmara do projecto do PS de revisão do Código de Processo Penal, Jorge Lacão destacou os "atrasos inaceitáveis e as insuficiências de concretização das condições de entrada em vigor das reformas [da justiça], no essencial herdadas da legislatura anterior, tanto da Acção Executiva como do novo Contencioso Administrativo".

O deputado socialista denunciou também as dificuldades

derivadas da não implementação de medidas aptas a concretizar aqueles aspectos da reforma.

"Dum lado, ausência completa de tribunais de execução, do outro, insuficiência de formação e de planeamento na distribuição dos tribunais", acusou, para quem estas falhas estão já patentes nos excessos de concentração de processos pendentes nos tribunais tributários.

Criticando de forma incisiva a inépcia de Celeste Cardona, Jorge Lacão foi esmagador: "Confrontada com uma metodologia que não poderia ser mais empenhada na formação da participação ideal de todos os que têm uma palavra relevante a dizer, a ministra da Justiça voltou a ter a atitude que mais lhe é própria e embatucou".

A EUROPA  
E A GLOBALIZAÇÃO

20 Fevereiro  
21 horas

HOTEL ALTIS LISBOA

ORADORES

Mário Soares

Sérgio Sousa Pinto

João Raposo

entrada livre



Grupo Parlamentar do Partido Socialista - Frente  
Alargada Parlamentar - Partido Socialista

## ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

# PS OUVI ESPECIALISTAS E AUTARCAS SOBRE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL

O PS vai auscultar "pareceres qualificados" sobre reforma da Administração Territorial, numa audição que promoverá, no dia 17, na Assembleia da República, e para a qual conta com a participação de conhecidos especialistas e autarcas socialistas.

Assim, a partir das 15 horas da próxima terça-feira, a abertura dos trabalhos estará a cargo de José Augusto Carvalho e António Costa, que darão de seguida a palavra a Jorge Coelho, moderador do primeiro painel sobre "Administração do território e o desenvolvimento regional", cujos oradores convidados são Braga da Cruz, João Ferrão, Fernando Ruivo, Manuel Carvalho.

Trata-se de perceber, neste ponto, se a administração territorializada e a maior proximidade do cidadão que ela implica pode ou não servir, efectivamente, a causa do desenvolvimento regional.

Para analisar o sistema de agregação de municípios e, até que ponto, este constitui um contributo de eficiência para a Administração, com a rentabilização dos recursos e a melhorias dos serviços, os convidados do segundo painel, Fonseca Ferreira, João Caupers Oliveira e Rocha, sob a moderação de Maria de Belém, falarão sobre o tema "Dos municípios às entidades supramunicipais", a partir das 21 horas.



O modelo descentralizador do Governo não é mais do que um fazer de conta para empatar e deixar passar o tempo

Depois de um espaço de debate de ideias com a plateia, Ferro Rodrigues fará, cerca das 23 horas, o encerramento da audição. Ao "Acção Socialista" José Augusto Carvalho sublinhou a humildade democrática do PS que, tendo uma política a concretizar nesta matéria, se mostra pronto

para a enriquecer com todos os contributos positivos.

O ex-secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território referiu-se também à pertinência de manter presente o alerta deixado pelo Presidente da República a propósito do "pseudo-modelo

descentralizador" que o Executivo pretende implementar.

Recorde-se que Sampaio chamou recentemente a atenção para o risco de as Comunidades Urbanas poderem ser uma "aldrabice" se o Governo não transferir, efectivamente, competências e recursos

para estas entidades e se os municípios não colocarem em comum funções que lhes são hoje próprias.

José Augusto Carvalho confessa não acreditar na efectivação de uma transferência real de competências, acusando o Governo de apostar numa tentativa de "fazer de conta para empatar e deixar passar o tempo".

"Não podemos permitir que a direita frustrar um processo que anunciou com tanta pompa", pois se a "aldrabice que o senhor Presidente da República anteviu se der, todos ficaremos a perder", disse o deputado do PS, para quem, adiantou, "a política sairá descredibilizada, o estado de ânimo dos autarcas ressentir-se-á, com consequências eventuais ao nível do seu desempenho, a na orgânica da Administração tudo ficará na mesma".

Recusando-se a assistir calado a um eventual "passo em falso" e à perda de uma oportunidade de evolução", os socialistas, pela voz de José Augusto Carvalho, deixam o alerta: "Podemos estar a esgotar um capital de confiança essencial para que um outro governo possa empreender efectivamente a tão necessária e protelada reforma da Administração Territorial".

MARY RODRIGUES

## SEGURANÇA SOCIAL

# REGIME DE APOSENTAÇÕES E REFORMA IGUAL PARA TODOS OS EX-COMBATENTES

Os socialistas querem colocar nas mesmas condições todos os ex-combatentes e profissionais específicos (jornalistas, bancários, advogados e solicitadores) que estiveram em zonas de dificuldade ou perigo durante a guerra colonial para efeitos de aposentação e reforma, independentemente do regime de segurança social em que estivessem inscritos.

Para isso, o GP/PS apresentou na Assembleia da República um projecto-lei que estabelece o regime jurídico da prestação de serviço militar de ex-combatentes para efeitos de reforma.

Este novo diploma tem a sua origem na polémica interpretação e aplicação da lei 9/2002, que se revelou discriminatória.

De acordo com declarações de Marques Júnior ao "Acção Socialista" o PS dá razão àqueles que se consideram "discriminados e impossibilitados de beneficiar do novo regime jurídico vigente, pelo facto de nunca terem tido a qualidade de subscritores da Caixa Geral de Aposentações ou de beneficiários do sistema de solidariedade e segurança social", condição exigida nos termos do artigo 3º do referido diploma.

"Tal situação, que acarreta prejuízos para aqueles cidadãos, carece de ser solucionada, já que para além de não corresponder nem ao espírito do legislador nem à letra da norma contida no n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, põe em crise o princípio da igualdade previsto no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa",

defendeu o parlamentar do PS.

Assim, os socialistas propõem que os ex-combatentes que tenham prestado serviço militar em condições de dificuldade ou perigo, não inscritos em qualquer dos sistemas de protecção social, tenham também direito à inscrição excepcional no âmbito do sistema de solidariedade e segurança social, em termos a regulamentar, e deste modo possam beneficiar da contagem de tempo e da bonificação da contagem de tempo acrescido.

O valor das contribuições a pagar por estes ex-combatentes, na proposta do PS, "é apurado com base na remuneração e na taxa à data da prestação do serviço, por aplicação da tabela de remunerações convencionais" em vigor.

O diploma do PS prevê também que o direito a uma prestação pecuniária ou a um acréscimo extraordinário da pensão seja aplicado respectivamente nas situações em que o pagamento das contribuições não releve para efeitos de reforma em qualquer dos regimes de segurança social ou quando a contagem do tempo de serviço não seja necessária para que o ex-combatente tenha direito à pensão por inteiro.

O projecto de alteração socialista estabelece ainda o prazo de um ano, a contar da data da publicação da necessária regulamentação da lei, para efeitos de apresentação do requerimento necessário à aplicação deste regime jurídico.

M.R.

FEDERAÇÃO DA ÁREA URBANA DE LISBOA  
UMA METRÓPOLE EUROPEIA E ATLÁNTICA



A UM CLICK DAS NOSSAS POLÍTICAS  
[www.psfaul.com](http://www.psfaul.com)



[www.psfaul.com](http://www.psfaul.com) é um projecto que espera contribuir para uma melhor informação e intervenção política. Nela pode encontrar um conjunto de informação diversa, organizada por rubricas temáticas, desde a nossa organização, agenda política, principais notícias, reflexões e comunicados que preenchem o dia-a-dia do Partido Socialista da Área Urbana de Lisboa. Neste momento está a um click das nossas políticas!

## CRIMINALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS HUMANOS

# APROVADO PROJECTO SOCIALISTA

*O Parlamento aprovou na generalidade um projecto-lei do PS que criminaliza com uma pena de prisão de dois a dez anos o comércio de órgãos e tecidos humanos, suprimindo uma lacuna da legislação portuguesa que apenas regula o sistema de colheita e tecidos de origem humana.*

Segundo o diploma do PS, a dádiva de tecidos ou órgãos com fins terapêuticos de transplante "não pode, em nenhuma circunstância, ser remunerada, sendo proibida a sua comercialização".

A par da criminalização do comércio de órgãos, o projecto-de-lei consagra também como crime "a propaganda, a publicidade ou o aliciamento levados a cabo como meio de promover a comercialização de órgãos ou tecidos de origem humana".

Com esta iniciativa legislativa, o Grupo Parlamentar do PS pretende "contribuir para o aperfeiçoamento do quadro legal aplicável à colheita e utilização de tecidos e órgãos de origem humana com fins de diagnóstico ou terapêuticos e de transplantação, designadamente punindo

todos aqueles que, à custa da vulnerabilidade económica e social alheia, sem quaisquer princípios de ordem moral, se dedicam a um comércio altamente rentável e condenável sob todos os aspectos, desde os éticos e morais, passando pelos relacionados com a própria saúde humana".

Na exposição de motivos da lei, realçam-se "os progressos ocorridos ao nível da medicina" que "conduziram a uma multiplicação de intervenções neste domínio e a um conseqüente aumento de procura de órgãos e tecidos de origem humana". E salienta-se que esta crescente procura "não foi acompanhada por uma oferta suficiente, o que contribuiu para a intensificação do comércio e tráfico de órgãos humanos, nomeadamente



provenientes de dadores vivos, que cedem os seus órgãos com fins meramente mercantilistas e não movidos por um qualquer sentido de humanidade ou solidariedade".

Por outro lado, o deputado João Rui Almeida, responsável pelo projecto de lei, sublinhou que "o comércio de órgãos e tecidos humanos é uma realidade dramática a nível mundial e o alargamento

da União Europeia levanta também este problema", acrescentando que o diploma socialista "vai ao encontro do apelo das organizações internacionais".

J. C. CASTELO BRANCO

## VOTO DE REPÚDIO

# INDIGNAÇÃO SOCIALISTA FACE A DIFAMAÇÕES CONTRA MÁRIO SOARES

Profundamente indignados com as afirmações difamatórias do CDS-PP sobre Mário Soares, os socialistas exprimiram num voto o seu repúdio face ao que consideraram ser uma emanção de "teorias saudosistas de uma ordem ditatorial".

Segundo o PS, Pires de Lima, porta-voz "popular", afirmou à Comunicação Social que o ex-Presidente da República "teve um papel bastante irresponsável e até criminoso na forma como se procedeu à descolonização em Portugal após o 25 de Abril".

"Sejam quais forem as diferenças de opinião entre quem perflha o ideário democrático, não é de todo tolerável que se pretenda reescrever a história portuguesa à luz de teorias saudosistas de uma ordem ditatorial, opressiva e colonialista que todos os



verdadeiros democratas inapelavelmente condenam", refere o documento da bancada socialista, apresentado pelo deputado Vicente Jorge Silva, no passado dia 5. Saliente-se que algumas figuras de topo do PSD, nomeadamente Leonor Beza, Dias Loureiro e Manuela Aguiar abandonaram o hemiciclo na hora da votação por forma a não terem de votar contra o documento e ao

lado das posições radicais de direita defendidas pelo mais pequeno partido da coligação.

Para os socialistas, as declarações de Pires de Lima "constituem ofensas e insultos de uma gravidade sem precedentes que nenhum democrata digno desse nome nem as instituições da República podem tolerar". "Não é possível admitir que alguém com responsabilidades políticas tão elevadas na actual maioria governamental possa difamar, qualificando de criminoso o papel que Mário Soares terá assumido no processo de descolonização", prossegue o texto chumbado pela maioria parlamentar, considerando que estas afirmações foram não só contra o ex-Presidente, mas também contra "o património da República democrática, o 25 de Abril e a verdade histórica".

## SUBSÍDIO DE DOENÇA

# GP/PS PEDIU APRECIÇÃO PARLAMENTAR DO NOVO REGIME

A nova redução dos direitos dos funcionários públicos com a entrada em vigor do novo regime de subsídio de doença levou o PS a pedir a apreciação parlamentar do diploma promulgado no passado dia 23 de Janeiro. No pedido de apreciação entregue ao presidente da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PS defende que o decreto-lei do Governo conduz "a uma forte e injusta redução dos direitos dos cidadãos

beneficiários do subsistema previdencial, numa situação social especialmente difícil, a da eventualidade da doença".

Os socialistas sustentaram ainda que "algumas das soluções" adoptadas no novo regime do subsídio de doença não contribuem para os objectivos enunciados pelo Governo, "em particular, para o combate à fraude na obtenção do subsídio", salientando que não se verificaram

mudanças sociais que justifiquem as medidas contidas no diploma.

Recorde-se que o PS criticou a promulgação do decreto-lei do Governo pelo Presidente da República, anunciando na altura que iria pedir a apreciação do diploma, apesar das alterações introduzidas por iniciativa de Jorge Sampaio, que fizeram com que "um diploma péssimo passasse a ser um diploma mau", conforme referiu Ferro Rodrigues.

## AÇORES

# NOVO IMPULSO NA REVISÃO DAS LEIS ELEITORAIS REGIONAIS

O PS/Açores vai apresentar, este mês, na Assembleia da República, uma anteproposta de revisão das leis eleitorais na região. O anúncio foi feito pelo deputado Dionísio Sousa, durante uma audição na Comissão eventual para a Revisão Constitucional com representantes açorianos.

A iniciativa legislativa dos socialistas açorianos defende a manutenção dos actuais nove círculos eleitorais (um por ilha) e a introdução de um novo círculo regional para efeitos de correcção de proporcionalidade. O projecto visa também permitir que os emigrantes possam votar na eleição do Parlamento regional.

Recorde-se que os socialistas querem mudanças para vigorar já nas eleições regionais de Outubro e garantem que tudo farão "para evitar que um dia o partido mais votado possa ir para a oposição por recolher menos mandatos". A nível nacional, o PS tem vindo a defender a estreita ligação entre a revisão das leis eleitorais regionais e o processo de revisão constitucional em curso.



# GABINETE DE ESTUDOS DINAMIZA MÚLTIPLAS INICIATIVAS

## > FÓRUNS TEMÁTICOS

Ao Gabinete de Estudos foi atribuída a tarefa primordial de elaborar a proposta de matriz para o programa de Governo. Essa matriz tem vindo a ser preparada no âmbito dos grupos de trabalhos e deve estar concluída para ser apresentada ao Congresso do PS de próximo mês do Novembro.

Para essa matriz, que se pretende sucinta, acertiva e inovadora, o Gabinete de Estudos vai também levar a cabo um conjunto de fóruns temáticos em Março. Em cada sábado do próximo mês realizar-se-ão, pelo menos, dois desses fóruns. Os primeiros, respeitantes à abertura de Portugal ao mundo e à valorização da língua portuguesa, estão marcados para 6 de Março.

Pretende-se recolher contributos para identificar estratégias e formas de participação de Portugal na União Europeia e no Mundo. Constituem a equipa responsável deste dia, no que ao primeiro dos fóruns diz respeito, os camaradas António José Seguro, Vítor Ramalho, Carlos Luís, Nuno Severiano Teixeira, Vera Jardim e José Apolinário. No fórum sobre a valorização da língua portuguesa visa-se recolher contributos para identificar estratégias de valorização da nossa língua e de combate à iliteracia, pretendendo-se ao mesmo tempo, e por outro lado, encontrar soluções que permitam a consolidação ou criação de círculos de procura pelas nossas criações culturais e mercados para as nossas produções artísticas e para a nossa história e património. Luís Nazaré, Vicente Jorge Silva, Vítor Ramalho, Augusto Santos



Novamente será Évora a acolher em 2004 a Universidade de Verão do PS, que também já está em preparação

Silva, Ana Benavente, Celeste Correia e José Apolinário integram a equipa responsável por este fórum.

No sábado, 13 de Março, três novos fóruns, um sobre ambiente e desenvolvimento, outro sobre saúde, e o terceiro ocupar-se-á da área da justiça. Relativamente ao primeiro, que tem como responsáveis Pedro Silva Pereira, José Augusto Carvalho, Ramos Preto, Maximiano Martins, Eduardo Cabrita, José Junheiro, Miguel Coelho, João Soares e Ascenso Simões, tem-se em vista as contribuições orientadas a identificar as estratégias que conduzam ao

aumento dos níveis de qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem em todas as regiões do País, sem que tal diminua os recursos à disposição das gerações vindouras.

No que respeita aos fóruns sobre saúde e justiça, a equipa responsável é composta por Jorge Lação e Vitalino Canas - no que respeita à área da justiça - enquanto para o sector da saúde são os camaradas Luís Carito, Miguel Fontes, Sónia Fertuzinhos e Fernando Medina os directos responsáveis. Aqui estão causa, por um lado, os caminhos da justiça e do estado de direito, e, por

outro, as concepções de políticas públicas de saúde e o papel dos privados.

O Estado amigo dos cidadãos e a segurança são os temas escolhidos para os fóruns do dia 20 de Março. Para o primeiro, o objectivo prende-se com a identificação de políticas que possam facilitar a vida aos cidadãos e às empresas na sua relação com o Estado. No que respeita à segurança, a ideia é obter contributos que ajudem a identificar políticas e medidas que façam o cidadão ter mais segurança na alimentação, na utilização dos equipamentos públicos,

nas estradas e na protecção dos seu próprios bens. Pelos fóruns do dia 20 os responsáveis são Manuel Seabra, Marques Júnior, Jorge Seguro Sanches, Laurentino Dias, Edmundo Martinho, Nuno Severiano Teixeira, Jorge Lação, Guilherme Pinto, Vitalino Canas e Mota Andrade.

Para o último sábado de Março, a qualificação dos portugueses e Portugal mais competitivo e mais solidário, foram os temas escolhidos. No que toca ao primeiro fórum temático de 27 de Março, o objectivo central é de contribuir para identificar estratégias de qualificação permanente de todos os cidadãos que residam em todas as regiões do nosso país, visando a capacitação da mão-de-obra e o aumento do nível de conhecimentos de cada indivíduo, sendo a equipa responsável pela sua condução composta por Luísa Guimaraes, Ana Benavente e Carlos Zorrinho. Em relação ao segundo, privilegiam-se as contribuições que respeitam à identificação de novas estratégias que levam ao aumento da riqueza nacional e da sua distribuição solidária, com vista a aumentar os níveis de qualidade de vida dos portugueses, sendo seus responsáveis Vieira da Silva, Maximiano Martins, Joel Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita, Edmundo Martinho, Maria do Céu Cunha Rego, Jamila Madeira, João Pedroso, Artur Penedos, Ana Catarina Mendes e Ascenso Simões.

## FÓRUNS TEMÁTICOS

### MARÇO 2004

- Dia 6**
- PORTUGAL ABERTO AO MUNDO
  - VALORIZAR A LÍNGUA PORTUGUESA
- Dia 13**
- AMBIENTE e DESENVOLVIMENTO
  - SAÚDE
  - JUSTIÇA
- Dia 20**
- ESTADO AMIGO DO CIDADÃO
  - SEGURANÇA DOS CIDADÃOS
- Dia 27**
- QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES
  - PORTUGAL MAIS COMPETITIVO E MAIS SOLIDÁRIO

Gabinete de Estudos

## > SITE NA NET

Pela primeira vez há um site do Gabinete de Estudos da Internet, o que vai permitir aos militantes e aos cidadãos independentes participarem nos debates, em sede de grupos de trabalho, independentemente

do local onde se encontrem. Em [www.ge.ps.pt](http://www.ge.ps.pt) vai poder encontrar a divulgação das iniciativas e actividades do Gabinete de Estudos, bem como um vasto conjunto de informações. A partir

da ligação a este site é possível ficar-se a par de toda da informação relativa ao Gabinete de Estudos do PS: o que é, como está organizado, como funciona e como pode participar.





## > FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE ESTUDOS

O Gabinete de Estudos, que é dirigido por António José Seguro, tem uma estrutura simples que visa a maior participação de militantes e cidadãos. A sua composição integra o director, o conselho geral, o secretariado executivo e os grupos de trabalho.

Indicado pelo secretário-geral, o director do GE é o responsável político pelo gabinete e compete-lhe a designação dos coordenadores dos grupos de trabalho. O conselho geral é composto por todos os coordenadores dos grupos de trabalho, reúne de três em três meses e tem como função principal a elaboração e aprovação do Plano de Actividades. Por sua vez, o secretariado executivo é composto por seis coordenadores – Alexandre Rosa, Luísa Guimarães, Luís Nazaré, Vieira da Silva, Manuel Seabra e Fernando Medina –

escolhidos pelo director para o coadjuvarem nas suas tarefas de direcção e coordenação geral. É também da sua responsabilidade a execução do Plano de Actividades. Os grupos de trabalho (GT) são estruturas permanentes e simples, podendo haver também outros com carácter *ad hoc* constituídos temporariamente para a execução de um objectivo preciso. Actualmente estão em actividade 49 grupos de trabalho permanente que tanto funcionam de forma autónoma ou agrupados em função de objectivos políticos previamente definidos (ver quadro). A sua composição é aberta à participação dos militantes e simpatizantes que o desejarem, bastando para tal a inscrição junto do secretariado de apoio do GE (ge@ps.pt). Cada grupo de trabalho tem um coordenador que é indicado pelo director

do Gabinete de Estudos, coordenador desse que é responsável pelo funcionamento do respectivo grupo, procedendo à regular convocação do mesmo e orientando os trabalhos de acordo com os objectivos fixados.

O grupo de trabalhos pode reunir em plenário, subgrupos ou núcleos de reflexão, combinando sempre a eficácia do seu mandato com a participação democrática dos seus membros.

De forma a promover a participação dos militantes e simpatizantes não residentes em Lisboa, uma orientação que tem vindo a ser seguida, e que se pretende continuar a estimular, é a da realização das reuniões dos grupos de trabalho em várias localidades do país e da utilização da Internet, entre outras possibilidades.

## COORDENADORES DOS GRUPOS DE TRABALHO DO GABINETE DE ESTUDOS

Administração Pública  
Aeronáutica  
Agricultura  
Ambiente, Ordenamento do Território e Energia  
Autarquias Locais  
Comunicação Social  
Comunicações  
Cooperação  
Cooperativismo  
Cultura  
Defesa  
Defesa Consumidor  
Deficiências  
Desporto  
Droga e Toxicodependência  
Economia  
Educação  
Emigração  
Emprego  
Finanças Públicas  
Fiscalidade  
Florestas  
Formação Profissional  
Habitação

**Alexandre Rosa**  
**José Elias**  
**Miguel Ginstal**

**Pedro Silva Pereira**  
**José Augusto Carvalho**  
**Vicente Jorge Silva**  
**Ramos Preto**  
**Vítor Ramalho**  
**Guilherme Vilaverde**  
**Augusto Santos Silva**  
**Marques Júnior**  
**Jorge Sanches Seguro**  
**António Galamba**  
**Laurentino Dias**  
**Sónia Fertuzinhos**  
**Maximiano Martins**  
**Ana Benavente**  
**Carlos Luis**  
**Carlos Zorrinho**  
**Joel Hasse Ferreira**  
**Eduardo Cabrita**  
**José Miguel Medeiros**  
**Luísa Guimarães**  
**Leonor Coutinho**

Idosos  
Igualdade de Género  
Imigração  
Justiça  
Juventude  
Minorias Étnicas  
Obras Públicas  
Pescas  
Pobreza  
Política Externa  
Protecção Civil  
Saúde  
Segurança Interna  
Segurança Rodoviária  
Segurança Social  
Sida  
Sistema Político  
Sociedade de Informação  
Trabalho  
Transportes  
Turismo  
União Europeia  
Urbanismo  
Voluntariado  
Desenvolvimento Regional

**Edmundo Martinho**  
**M. Céu Cunha Rego**  
**Nuno Severiano Teixeira**  
**Jorge Lação**  
**Jamila Madeira**  
**Celeste Correia**  
**José Junqueiro**  
**Vítor Cunha**  
**João Pedroso**  
**Vera Jardim**  
**Guilherme Pinto**  
**Luis Carito**  
**Vitalino Canas**  
**Mota Andrade**  
**Artur Penedos**  
**Miguel Fontes**  
**Alberto Martins**  
**Luís Nazaré**  
**Rui Cunha**  
**Miguel Coelho**  
**José Apolinário**  
**António José Seguro**  
**Manuel Seabra**  
**Ana Catarina Mendes**  
**Ascenso Simões**

Opinião

## ADSE: A “IGNORÂNCIA” DE DURÃO BARROSO

*O primeiro-ministro, ou não sabe do que fala, o que é grave, ou, o que seria muito pior, quis enganar os portugueses e os funcionários públicos.*

*A sua afirmação, segundo a qual as novas tabelas da ADSE só abrangeriam 300 mil beneficiários, não corresponde, pura e simplesmente, à verdade. Aquelas tabelas abrangem a totalidade dos beneficiários que, no fim de 2002, era de 1.384.445, entre activos, aposentados e familiares.*



**ALEXANDRE ROSA**

Ex-secretário de Estado da Administração Pública  
Coordenador do Gabinete de Estudos do PS para a Administração Pública

O Governo, através do Ministério das Finanças, entregou aos Sindicatos, para “negociação”, uma proposta para as “Tabelas do Regime Livre”, um dos regimes de financiamento de cuidados de saúde dos beneficiários da ADSE. Tanto quanto se sabe, através de análises feitas e divulgadas pelos Sindicatos do Sector, estas tabelas comportarão reduções significativas nas participações em alguns cuidados de saúde, o que, a ser verdade, se traduzirá em mais uma medida orientada para retirar benefícios aos trabalhadores da Administração Pública, também ela, por certo, justificada pela necessidade de controlar o défice.

A importância deste assunto é de tal forma relevante, que levou todos os partidos da

oposição a integrá-lo no conjunto de questões, que decidiram colocar ao primeiro-ministro no último debate mensal no Parlamento, precisamente sobre o tema da Reforma da Administração Pública. O primeiro-ministro, confrontado com tão incómoda questão, tentou desvalorizar o assunto dizendo, por um lado, que se tratava de uma simples proposta para discussão com os Sindicatos, e, por outro lado, que a tabela não incluía só reduções no valor das participações mas, em alguns casos, contemplaria aumentos. Não conheço qualquer análise comparativa da situação actual e da situação proposta e, por isso, não posso testemunhar a veracidade destas afirmações.

Estou, contudo, em condições de refutar a afirmação do primeiro-ministro no que se refere ao número de beneficiários abrangidos pelas novas tabelas. O primeiro-ministro, em mais uma tentativa de desvalorizar o assunto, afirmou, não por engano, mas com grande convicção e repetida por duas ou três vezes no Parlamento e fora dele, que a medida abrangeria só 300 mil beneficiários como que a querer dizer que, mesmo que as tabelas não fossem as melhores, as mesmas não abrangeriam a totalidade dos beneficiários da ADSE, mas só uma parte.

Ora isto, pura e simplesmente, não é verdade. O primeiro-ministro, ou não sabe do que fala, o que é grave, ou, o que seria muito pior, quis enganar os portugueses e os funcionários públicos.

A revelação da verdade é simples e basta, para isso, consultar o site da Internet da ADSE (www.adse.pt). Ai se esclarece o que é o regime livre: “As participações no regime livre aplicam-se aos cuidados de saúde prestados por entidades que não têm acordo/convenção com a ADSE”.

Quer isto dizer que a questão do regime livre não tem que ver com beneficiários, mas sim com entidades prestadoras de cuidados de saúde, a que têm acesso todos os beneficiários da ADSE como, aliás, têm ao regime convencionado e as instituições do SNS.

No regime livre, os beneficiários escolhem livremente a entidade prestadora dos cuidados de saúde e, mediante a apresentação do respectivo recibo à ADSE, são por esta reembolsados directamente. O que distingue este regime dos restantes – convencionado e SNS – é que, nestes, o pagamento é feito directamente às instituições nos termos de acordos existentes.

Não faz, por isso, sentido falar de 300 mil pessoas abrangidas pelas novas tabelas do regime livre, pela simples razão de que o regime não tem que ver com as pessoas mas com a forma de pagamento das despesas efectuadas. Estas tabelas, boas ou más, e a avaliar pelo incómodo demonstrado pelo primeiro-ministro, não deverão traduzir benefício para os beneficiários da ADSE, dizem respeito à totalidade dos beneficiários que, segundo os dados do mesmo site, eram, em 2002, 1.384.445, dos quais, 644.277 beneficiários titulares activos, 223.026, beneficiários titulares aposentados e 514.142 beneficiários familiares.

Onde terá, então, o primeiro-ministro ido buscar o número 300 mil? A lado nenhum, porque o número, pura e simplesmente, não existe. Estou em querer que aquele número se refere a uma estatística que foi confundida com a realidade. Porque não se refere, seguramente, ao universo dos beneficiários abrangidos pelo regime livre.

Não ficaria mal, ao sr. primeiro-ministro, um pedido de desculpa aos portugueses, aos funcionários públicos e aos partidos da oposição, nomeadamente ao Partido Socialista, cuja imagem de seriedade tentou denegrir, insinuando que não sabia do que falava.

Gabinete de

# Estudos

**www.ge.ps.pt**

## Breves

### FEDERAÇÕES

O **PS/Coimbra** acusou o presidente da Câmara de Pampilhosa da Serra de querer transformar o concelho no "depósito de resíduos perigosos do País" e de ajudar o Governo a evitar nova contestação por se tratar de um município com poucos habitantes.

Assim, "Pampilhosa da Serra é o concelho adequado para a instalação de um Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos, porque tendo pouco mais de cinco mil habitantes, não tem capacidade mobilizadora de indignação", denunciou o presidente da Federação socialista de Coimbra, Victor Baptista, em conferência de Imprensa.

A **Federação de Santarém** levou a cabo no passado dia 6 um colóquio/debate sobre a reforma da Administração Pública com a participação de Alexandre Rosa, antigo secretário de Estado da Administração Pública.

Uma delegação socialista, liderada pelo presidente da **Federação do Algarve**, Miguel Freitas, realizou no dia 6 um conjunto de visitas a explorações vitivinícolas e reuniões com as direcções da Adegas Cooperativas de Lagoa e Comissão Vitivinícola da Região do Algarve. Entretanto, num comunicado, o PS/Algarve acusou o secretário de Estado da Saúde de ter imposto a "lei da rolha" nos serviços regionais, ao proibir encontros com partidos ou titulares de cargos políticos sem autorização da tutela.

A **Comissão Política da Federação do Baixo Alentejo** decidiu marcar a sua festa distrital para o dia 30 de Maio em Odemira. Em comunicado, a Federação critica a política do Governo no respeitante aos serviços públicos, que "apenas se regula pela rentabilidade financeira ignorando, de todo, a rentabilidade social", e manifesta-se contra o encerramento das estações dos correios e a redução dos direitos sociais.

O **presidente da Federação de Bragança**,

**Mota Andrade**, criticou a actuação do Governo em relação àquele distrito. "Em dois anos, o primeiro-ministro veio três vezes a Bragança, com uma mão-cheia de nada, apenas inaugurar obras municipais e sem anunciar qualquer investimento de vulto da Administração Central", acusou.

### CONCELHIAS

A **Concelhia do PS/Porto** criticou a Câmara por não ter convidado a oposição para a visita que o Presidente da República efectuou à autarquia no âmbito das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril.

"Nem o presidente da Concelhia nem o líder da distrital do PS foram convidados para a cerimónia. Uma das grandes vitórias do 25 de Abril foi a criação dos partidos políticos. Numa comemoração desta data esses partidos deveriam ter sido convidados", declarou Nuno Cardoso, líder da Concelhia socialista.

Organizada pela **Concelhia de Lisboa**, teve lugar no passado dia 6 uma reunião geral de autarcas socialistas no Largo do Rato. A estratégia autárquica e o protocolo entre a câmara e as juntas de freguesia da capital para a realização de obras em habitações particulares, foram os temas em discussão.

Entretanto, o Secretariado da Concelhia emitiu um comunicado manifestando-se contra a



transferência da Feira Popular de Lisboa para Monsanto por razões de natureza ambiental, e aprovou uma moção de solidariedade com Mário Soares, repudiando as acusações feitas pelo porta-voz do PP relativamente à sua actuação no processo de descolonização.

A **Concelhia de Gondomar do PS** apresentou queixa-crime contra sete presidentes de Junta daquele concelho por usarem dinheiros públicos para pagar anúncios de "promoção de Valentim Loureiro e do PSD local".

Em conferência de Imprensa, o líder do PS/Gondomar, Ricardo Bexiga, anunciou, por outro lado, o lançamento de uma série de "outdoors" criticando a "gestão de mercearia" de Valentim Loureiro naquele concelho.

O **Secretariado da Concelhia e os autarcas socialistas de Coimbra** exigiram uma discussão pública sobre o destino a dar ao espaço ocupado pela Penitenciária de Coimbra e contestaram a "especulação imobiliária" que dizem resultar do entendimento entre o presidente da Câmara e a ministra da Justiça sobre a saída da prisão do centro da cidade.

A **Concelhia de Vila Real de S. António** promoveu um jantar de homenagem aos militantes com mais de 25 anos de inscrição no partido, que contou com a presença do secretário nacional do PS Pedro Adão e Silva, bem como do presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, e António Murta, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de S. António.

A lista liderada pelo camarada André Figueiredo venceu as eleições para a **Comissão Política Concelhia de Seia**, que contaram com a elevada participação de cerca de 95 por cento dos militantes desta estrutura.

### SECÇÕES

O **PS/Bombarral** questiona a legalidade de um projecto da Câmara para construir uma

zona desportiva num terreno classificado no PDM como área de desenvolvimento industrial.

A **Secção do PS de Vila Franca**, nos Açores, emitiu um comunicado congratulando-se com a inauguração da 2ª fase da Variante Ponta Delgada-Lagoa.

### GRUPO PARLAMENTAR

O **deputado socialista José Apolinário** responsabilizou o presidente da Câmara de Faro, José Vitorino, do PSD, pelo impasse criado quanto à localização das futuras instalações do Sul da Polícia Judiciária, cuja transferência para Loulé está a ser ponderada pela ministra da Justiça.

Em carta aberta a Celeste Cardona, Apolinário acusa José Vitorino de ter descuidado o dossier do novo edifício da PJ, cuja construção já tinha sido aprovada em 2001 pelo Ministério da Justiça.

### AUTARQUIAS

Os **eleitos do PS na Junta de Freguesia de São Julião**, em Setúbal, acusaram o Executivo, de maioria CDU, de "impreparação e ineficácia" e exigiram uma auditoria a manifestas irregularidades de gestão da autarquia.

Os **vereadores do PS na Câmara de Ponta Delgada** acusaram a gestão laranja do município de "discriminar" as freguesias rurais optando por investimentos que revelam "insensibilidade social".

Numa conferência de Imprensa destinada a fazer um balanço dos primeiros anos de mandato da autarquia, o vereador socialista José San-Bento sublinhou que os empreendimentos camarários em execução vão "acentuar as assimetrias entre o espaço rural e urbano", criando novos problemas à cidade.

### SECRETÁRIO-GERAL

**Dia 14 de Fevereiro** – O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, preside à sessão de encerramento do seminário "Porto, Portugal e a Europa", uma iniciativa da Federação do Porto do PS que terá lugar na Fundação Cupertino de Miranda.

**Dias 13 e 14 de Fevereiro** – O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, visita o distrito de Leiria.

**Dia 16 de Fevereiro – 15h30** – Ferro Rodrigues promove no Hotel da Lapa novo encontro com reputados economistas.

### CONVENÇÃO NACIONAL

**Dia 28 de Fevereiro** – Convenção Nacional do PS sobre a Europa, na antiga FIL, à Junqueira, que será precedida no dia 27, pelas 21h30, de conferências dedicadas ao tema

### FEDERAÇÕES

#### ALGARVE

**Dia 14 de Fevereiro – 15h30** – Reunião com membros das Assembleias Municipais na sede do PS em Faro, com o objectivo de debater a nova Lei da Reorganização do Território, que implementa as novas Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais,

#### FAUL

**Dia 20 de Fevereiro – 21h00** – A Federação da Área Urbana de Lisboa do PS promove no Hotel Altis um seminário sobre Europa, que contará com a participação de Mário Soares, Sérgio Sousa Pinto e Joaquim Raposo.

### SECÇÕES

**Dia 13 de Fevereiro – 21h30** – A Secção de Cedofeita do PS promove um debate subordinado ao tema "O poder local e o associativismo", no auditório da Federação do Porto, que contará com a presença de Nuno Cardoso.

**Dia 20 de Fevereiro – 21h30** – Promovido pela Secção de Cedofeita vai realizar-se no auditório da Federação do Porto um debate sobre "Portugal e a Europa no Mundo", que terá como oradora a dirigente nacional do PS Ana Gomes.

## CORRENTE SINDICAL SOCIALISTA SAI REFORÇADA DO CONGRESSO DA CGTP-IN



“Estamos globalmente satisfeitos com a nossa participação e intervenção no X Congresso da CGTP-IN”, declarou ao “Acção Socialista” Carlos Trindade, secretário-coordenador da Corrente Sindical Socialista (CSS) desta central sindical.

“Reforçámos a nossa posição no Congresso de uma forma muito activa, frontal e responsável”, salienta. Apesar das propostas alternativas apresentadas pela Corrente às teses do Congresso, tais como a defesa do método de Hondt para a eleição do Conselho Nacional, a manutenção da Mesa do Plenário de Sindicatos e a filiação na CISL, não terem sido consagradas pela maioria, a eleição de sindicalistas socialistas “com grande experiência” para o Conselho Nacional da CGTP revela a importância cada vez maior da Corrente Sindical Socialista.

“Estamos certos que estes nossos camaradas agora eleitos melhoraram qualitativamente o trabalho do Conselho Nacional, dada a sua implantação junto

dos trabalhadores e capacidade de análise, contribuindo assim para o reforço da Corrente Sindical Socialista na central”, disse.

Sobre a jornada de luta agendada para 11 de Março, Carlos Trindade afirma que a CSS “estará na CGTP a dar todo o apoio activo a mais esta manifestação de descontentamento face ao sistemático ataque do Governo aos direitos dos trabalhadores e a todas as políticas sociais”.

Por outro lado, o líder da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN faz questão de referir sua “satisfação e total sintonia” com as afirmações de Mário Soares, um dos convidados de honra do Congresso, sublinhando que o ex-Presidente da República “é um homem que sempre soube distinguir o essencial do acessório, com uma grande visão estratégica. Daí a sua análise sobre o papel relevante da CGTP na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, num quadro de uma cada vez maior

autonomia perante o PCP, bem como os alertas sobre os perigos de uma extrema-direita revanchista”.

### Soares contra revanchismo da direita

“O espírito do 25 de Abril está a ser posto em causa por parte de forças políticas de direita, algumas no poder, o que não pode acontecer”. O alerta foi feito por Mário Soares à margem do X Congresso da CGTP-IN, no qual esteve presente na sessão de abertura na qualidade de convidado de honra.

“Quem viveu o 25 de Abril como eu, não pode aceitar que seja posto em causa”, disse. Manifestando a sua concordância, no essencial, com o discurso do secretário-coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, o ex-Presidente da República fez questão de salientar que a greve e outras formas de luta “são direitos inalienáveis dos trabalhadores”. **J.C.C.B.**

## Pelourinho da República



«O dr. Salazar ainda foi lá [ao Parlamento] dois ou três dias. Mas eu, eleito sucessivamente para ocupar um lugar na bancada do PSD, nunca lá pus os pés e não tenho intenção de os pôr».

*Alberto João Jardim, 4 de Fevereiro*

«Sou muito amigo de José Casanova. Considero-o um humanista, de quem tem sido dada uma imagem deturpada.»

*Pedro Namora  
Expresso, 30 de Janeiro*

«Não sabia que numa rádio católica aceitavam pessoas com tão poucas maneiras (...) Você é muito bonita. Se tivesse de fugir com alguém, escolhia-a a si.»

*Avelino Ferreira Torres, dirigindo-se a uma jornalista da Rádio Renascença Público, 6 de Fevereiro*

«Em rigor, Celeste Cardona já não é ministra da Justiça. O ministro da Justiça é Durão Barroso.»

*Marcelo Rebelo de Sousa  
TVI, 1 de Fevereiro*

«2004 vai ser o ano da agitação social. É natural. A economia está a recuperar, mas os seus efeitos ainda não se sentem. É a pior fase da transição em que o optimismo não anda à velocidade real».

*Luís Delgado  
Diário de Notícias, 2 de Fevereiro*

«A experiência dos últimos anos evidenciou a insuficiência de um compromisso quanto ao défice e à dívida pública e mostrou também que não faltou ao Governo margem de manobra política para a adopção das medidas que considerou necessárias para o cumprir. A estratégia seguida, de unilateralismo e confrontação, falhou porque as medidas falharam e não por o Governo ter enfrentado obstáculos por parte da oposição parlamentar. O compromisso desta com tal política apenas serviria para a fazer partilhar o descrédito, não para tornar a política credível.»

*Teodora Cardoso  
Público, 1 de Fevereiro*

«Que o presidente e os “notáveis” não tenham percebido o que pediam, pura e simplesmente, o suicídio do PS não tem desculpa.»

*Vasco Pulido Valente  
Diário de Notícias, 7 de Fevereiro*

«Santana Lopes e Pedro Roseta são duas faces da mesma moeda. Traduzem uma complementaridade maniaco-depressiva, sendo o lado do ministro o mais depressivo e o lado do autarca a vertente mais maniaca.»

*Manuel Maria Carrilho  
Público, 6 de Fevereiro*

«O Jardim tem uma doença que milhares de jovens do nosso país têm. Todos sabem que o meu querido amigo Manuel Pinto Coelho, especialista em recuperação de toxicodependentes, o tratou ao longo de meses. Jardim já não é um caso desportivo; é um caso clínico.»

*José Veiga  
Publico-online*

«O Veiga é que está doente. Ele vai ter de responder em tribunal. (...) Vilarinho também não cumpriu a promessa dele. Mais uma vez fui enganado. Senti que ajudei a eleger uma pessoa e depois, nada.»

*Jardel  
idem*

### TERTÚLIA POLÍTICA

## CONSTRUIR ALTERNATIVAS PARA A CAPITAL

Promovida pela Concelhia de Lisboa do PS, teve lugar na quarta-feira uma tertúlia sobre a política cultural na cidade, que contou com a presença de Manuel Maria Carrilho, Mega Ferreira, Elisa Ferreira e Eduardo Prado Coelho.

Na sua intervenção, Manuel Maria Carrilho reafirmou a sua disponibilidade para entrar na corrida à presidência da Câmara Municipal de Lisboa nas próximas eleições autárquicas, sublinhando que “as candidaturas vencedoras nascem mais da convergência de vontades do que de calculismos”.

Afirmando-se como “um político antitabu, que acredita na sinceridade, na espontaneidade”, ironizou que “Lisboa padece das consequências dos políticos que vivem de tabus e dos políticos que dependem dos tabus de outros políticos”.

Contundente, o deputado socialista classificou a gestão autárquica de Santana Lopes na área cultural como “errática, sonâmbula, com arrabos de voluntarismo completamente desgarrados”.

Para o ex-ministro da Cultura, “Pedro Santana Lopes e Pedro Roseta são duas faces da mesma moeda, completamente maniaco-depressiva, sendo o lado do ministro o mais depressivo e mais incapaz e o lado do autarca a vertente mais maniaca, com projectos como o Parque Mayer”.

António Mega Ferreira, que moderou o debate, afirmou que a sua contribuição “será sempre para a construção de alternativas ao actual governo municipal”, no quadro de “um leque partidário e não partidário que alinhe à esquerda” do executivo de Santana Lopes, cujo “trabalho realizado na cidade é praticamente nulo”.

Na sua intervenção, o ex-homem forte da Expo-98 criticou a “visão patrimonial da cultura” do actual presidente. “O que faz falta em termos culturais em Lisboa é construir, por absurdo, mais três teatros no Parque Mayer”, questionou, acrescentando que “o que foi feito até agora é pouco, mau e inadequado”.

Por sua vez, Eduardo Prado Coelho disse que “falta uma ideia de conjunto para Lisboa”, classificando de “espasmódica e fragmentada” a actuação em termos culturais do candidato a candidato da direita às presidenciais.

Já Elisa Ferreira criticou medidas de autarquia como os cartazes a anunciar a pavimentação de ruas da cidade, afirmando que “os lisboetas têm que ter consciência de que estão a ser observados” e que “o provincianismo de Lisboa alastra para o País”.

ALBERTO COSTA AO «ACÇÃO SOCIALISTA»

# REPOR A INTEGRIDADE DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

*As próximas eleições europeias serão a ocasião certa para o eleitorado dizer o que pensa sobre o Governo: "uma consulta nesta altura será extremamente reveladora", considera Alberto Costa, em entrevista ao "Acção Socialista", onde também afirma que o PP se vai entregar ao "puro oportunismo de subscrever o que o PSD propuser como discurso europeu".*

*Defensor acérrimo da 'Estratégia de Lisboa', este deputado, que já serviu o partido e o País nas mais diversas ocasiões e tarefas, é um dos grandes obreiros do documento-base que será presente à Convenção Nacional do PS do próximo dia 28. O facto de também ter participado, enquanto membro da Convenção Europeia, no projecto da Constituição para a Europa, confere-lhe autoridade para afirmar que o actual impasse não é apenas uma má notícia, antes uma "boa oportunidade" para potenciar a introdução de melhorias no futuro texto constitucional europeu.*



**Do seu ponto de vista quais os problemas mais prementes com que a União Europeia UE se debate neste momento?**

A União enfrenta hoje um momento complexo, originado em especial por um histórico alargamento, com a passagem de 15 para 25 países, a partir do próximo mês de Maio. A pendência do projecto constitucional da Convenção, implicando consideráveis modificações institucionais e que terá de ser objecto de negociação e acordo em próximo Conselho Europeu, está muito ligada ao alargamento. Mas há também a difícil revisão das perspectivas financeiras e, por último mas não em último lugar, a necessidade de adaptar as regras do famoso Pacto de Estabilidade e Crescimento, que após alguns anos de vigência se revelam carecidas de revisão, de maneira a que o crescimento e o emprego possam ter expressão palpável na realidade europeia.

**Recentemente em Lisboa, Jacques Delors afirmou que é preciso explicar aos europeus o que é o alargamento. Perfila esta posição do antigo presidente socialista da Comissão Europeia?**

Talvez os responsáveis políticos europeus e dos diferentes Estados-membros não tenham sido completamente esclarecedores em relação às suas opiniões públicas e aos seus eleitorados e não lhes tenham sublinhado a tempo os aspectos éticos, políticos, históricos e de segurança que, além de outros, impunham esta reconciliação da Europa consigo própria. A Europa dos Quinze é ainda o resultado de uma divisão imposta, representa a provisória apropriação de um nome por uma parte de um continente. O alargamento foi muitas vezes olhado por responsáveis como uma fonte de problemas no domínio da repartição dos fundos, do exercício do poder ou do rateio das oportunidades. Por exemplo, um

político de longa experiência europeia como Cavaco Silva, quando fala de alargamento a primeira ideia que martela é a de preocupação. Isso não ajuda.

**Outra dimensão da Europa passa pela aprovação de uma Constituição, objectivo que a presidência italiana da UE não alcançou. Este não é um sinal evidente de contradições dentro da própria Europa?**

A presidência italiana e alguns Estados-membros fixaram um objectivo ambicioso e arriscado que era o de, com umas quantas reuniões, em poucos meses, concluir um acordo sobre uma matéria muito complexa como é a do projecto constitucional que abarca reformas com implicações em quase todos os domínios, desde logo em matéria institucional. Esse período revelou-se curto, pelo menos para a capacidade política da presidência que o quis, e alguma da decepção sentida por muitos resulta do acordo em Dezembro ter sido apenas uma notícia prematura. Talvez tivesse sido mais realista encarar um período mais largo para se poder chegar a um entendimento sobre vários pontos que estavam em cima da mesa. De qualquer maneira este compasso que agora se vive não é apenas uma má notícia. É também uma boa oportunidade para compenetrar os cidadãos, a opinião pública, os responsáveis políticos do que está em jogo e potenciar as possibilidades de introduzir melhorias, beneficiando ainda o resultado do trabalho da Convenção.

**Você que foi um dos convencioneiros como vê o equilíbrio institucional conseguido na Convenção que levou ao projecto de Constituição europeia?**

O texto, na sua globalidade, é um compromisso satisfatório. Comporta progressos em numerosos domínios. No que respeita estritamente ao terreno

institucional, é também, em quase toda a linha, um compromisso. Agrega soluções que traduzem interesses e pontos de vista de diversa proveniência. Por exemplo, a admissão de um presidente do Conselho Europeu de carácter permanente, sendo acompanhada, como deverá ser, da presidência rotativa dos vários conselhos de ministros, é uma solução que atende a preocupações opostas que se exprimiram e atravessaram a Convenção. Já, por exemplo, a solução respeitante à Comissão é também um compromisso, mas não ainda satisfatório, visto que deveria consagrar de forma peremptória o princípio de um comissário por Estado-membro. Mas a solução de mais largas implicações que este projecto inclui e que deve ser objecto de aperfeiçoamento é a respeitante ao critério de definição da maioria qualificada.

**Nesta fase, é esse o ponto de maior divisão?**

Existe uma divisão ostensiva entre Estados-membros, mas essa é apenas a parte visível do iceberg. Alguns países, em número limitado, querem manter o sistema de Nice. Vários outros países pretendem consolidar a proposta de compromisso da Convenção que exige, nos processos de decisão em que estão em causa propostas da Comissão, uma maioria simples de Estados e 60 por cento da população. Esta fórmula já reforça o peso dos Estados com maior população quer na perspectiva positiva da sua participação em maiorias capazes de decidir, quer na perspectiva negativa da sua capacidade de bloquear iniciativas que considerem contrárias ao seu interesse. Por exemplo, três dos Estados-membros mais populosos atingem mais de 40 por cento da população europeia, o que significa que este sistema comporta intrinsecamente o risco de que três Estados possam ser suficientes para capturar o processo de decisão. Isso

**Se olharmos para as metas europeias, vemos como as políticas nacionais se têm comprometido em nossa casa.**

mostra que a definição da maioria qualificada que foi proposta pela Comissão e que foi também defendida por numerosos membros da Convenção, como foi o nosso caso, e que assentava na exigência uniforme de 50 por cento, isto é, maioria dos Estados e maioria da população, traduzia uma evolução mais equilibrada do processo de decisão. Porque a exigência que era feita no domínio da representação dos Estados era simétrica à exigência que era feita no domínio da população. Claro que o pior resultado seria a cedência às posições daqueles países que querem, em vez de melhorar, agravar a proposta da Convenção. O objectivo que aqui se coloca é, pois, o de rever o projecto não no mau mas no bom sentido.

**Acha que a presidência irlandesa tem condições para avançar com essa negociação e levar a bom porto a Constituição europeia?**

Não devemos partir do princípio de que as presidências dos estados menos populosos são presidências menores ou presidências destituídas de capacidade de alcançar resultados e acordos importantes. Isto é válido para a Irlanda, para Portugal e muitos países na União Europeia. Não devemos, transferir automaticamente as nossas expectativas para mais adiante. É verdade que o facto de haver eleições nacionais e eleições europeias neste semestre pode dificultar o termo das negociações. Em todo o

caso, a presidência irlandesa comprometeu-se a apresentar em Março um relatório sobre as consultas que entretanto está a efectuar sobre esta matéria. A Europa tem interesse em encerrar brevemente o dossier constitucional com sucesso. Foi negativo que a notícia do insucesso das negociações em Dezembro fosse dada desacompanhada de qualquer perspectiva construtiva de continuidade. Isso foi um mau serviço prestado pela presidência italiana. Precisamos de ver este dossier encerrado ao nível da CIG porque os períodos de tipo constitucional, que são por sua natureza extraordinários, não podem prolongar-se excessivamente. Os povos precisam de fixar regras e de encerrar esses processos extraordinários para se poderem entregar à resolução de questões mais concretas ligadas às suas vidas, aos seus interesses, que são aquelas questões em nome das quais as regras se mudam.

**Corremos risco de uma Europa a várias velocidades?**

É infelizmente verdade. Alguns Estados parecem querer utilizar o impasse, o prolongamento do processo constitucional para anunciar a sua intenção de avançar com iniciativas de concepção variável mas sempre caracterizadas pela circunstância de desrespeitarem os tratados europeus em vigor. Hoje temos cooperações reforçadas em quase todos os domínios previstos no Tratado de Nice, mas ainda nunca aplicadas fora dos casos pioneiros do euro e de Schengen, e esses Estados, em jeito de sanção, sugerem o arranque doutras com violação de normas dos tratados. Tal seria extremamente prejudicial para a Europa, agravaria fracturas, diferenciações, numa fase em que, perante os riscos associados ao alargamento, tudo deve fazer-se para promover a sua coesão e a sua unidade. Isso implica que todas as cooperações reforçadas futuras observem regras de

inclusão e abertura, que estão agora asseguradas no projecto constitucional.

### **Poderá, nessa linha, ser também prejudicial para a Europa a não implementação de facto da chamada Estratégia de Lisboa?**

Estamos a perder tempo em relação aos calendários e às metas estabelecidas no Conselho Europeu de Lisboa. Isso é prejudicial para a Europa no contexto mundial e é prejudicial para os europeus. A estratégia de Lisboa não apenas se ocupa das questões da competitividade, da inovação e do conhecimento, como se ocupa também, e isso é muitas vezes esquecido nas leituras conservadoras que têm prevalecido nos últimos anos, do emprego e da coesão. É preciso dizer que mercê de resultados eleitorais dos últimos anos, têm prevalecido na Europa leituras que desfiguram os objectivos da estratégia de Lisboa. Muitos falam da Estratégia de Lisboa pensando na liberalização dos mercados, no aumento da competitividade, na redução dos custos de produção. Mas ignorando todas as exigências sociais e de emprego. Mesmo documentos comunitários enfermam muitas vezes desta distorção. O PS, integrado na grande família socialista europeia, tem a missão de repor a integridade da Estratégia de Lisboa, porque sem uma Europa inclusiva, que saiba assegurar o emprego e combater a pobreza, ao lado de promover a competitividade, o conhecimento, e a inovação, sem uma Europa que realize esses objectivos em simultâneo, o objectivo de numa década tornar a economia europeia a mais dinâmica do planeta não será alcançado. A distorção conservadora da Estratégia de Lisboa não promete nada de bom.

### **Falando agora das questões internas do PS, a Convenção do próximo dia 28 de Fevereiro sobre a Europa destina-se a quê e a aprovar o quê?**

A Convenção Nacional destina-se a aprovar a estratégia do PS para as próximas eleições europeias. Uma estratégia que, necessariamente, versa os problemas que se colocam no plano europeu, mas que tem também uma incidência sobre a política nacional. Estas eleições europeias são as primeiras que se realizam depois do Governo PSD/PP ter entrado em funções, e os portugueses vão através delas querer exprimir-se tanto sobre o andamento da Europa como sobre o andamento do País. Os temas da Europa, os desafios que se colocam à União, conduzem a um exame muito negativo da actividade que este Governo tem desenvolvido. Falamos nos objectivos de crescimento da estratégia de Lisboa e vemos que em Portugal em vez de convergência o que este Governo tem alcançado é divergência em matéria de crescimento. O desemprego em Portugal tem crescido mais do que em qualquer outro país da UE. O investimento público que a estratégia de Lisboa, em certos domínios específicos, apresenta como fundamental, como em matéria de ciência e tecnologia, retrocedeu sob este Governo. Se olharmos para as metas europeias, vemos como as políticas nacionais as têm comprometido em nossa casa. Temos um governo que embora pratique em palavras um discurso europeu e fale mesmo da Estratégia de Lisboa, prossegue um rumo não europeu, pratica



a divergência, o afastamento e a distorção da própria agenda de Lisboa. A deturpação conservadora da Estratégia de Lisboa tem no Governo PSD/PP uma versão que só se distingue doutras por ter atingido em menos tempo resultados francamente piores.

### **Porque é que em vez da realização de uma Comissão Nacional ou de uma Comissão Política, o PS promove uma Convenção Nacional sobre Europa destinada a aprovar a sua proposta a apresentar nas eleições ao Parlamento Europeu?**

Através da convocação de uma Convenção pretende-se alargar o debate, obter um nível de participação que o funcionamento dos órgãos que referiu não seria suficiente para alcançar. O PS sentiu que era necessário colocar esta problemática sob a atenção não apenas dos seus membros, mas também da opinião pública e de muitas pessoas que, não fazendo parte do Partido Socialista, vão certamente sentir-se atraídas pela possibilidade de colaborar, de estar presente e participar. A Europa bem precisa que os seus problemas sejam abordados, de maneira sempre mais diversificada por um número crescente de pessoas, de capacidades críticas. A criação de um espaço público europeu passa também pela capacidade dos partidos políticos promoverem à sua volta momentos mais alargados de participação.

### **E nesse sentido pode dizer-se que a Convenção é o regresso ao espírito dos Estados Gerais?**

Os Estados Gerais corresponderam a um momento muito inspirado da vida do PS em que também se pressentiu a necessidade de abrir à sociedade, ouvir vozes, receber contributos e tornar os problemas e as soluções mais visíveis e perceptíveis. Nesse sentido, é a retoma do mesmo espírito, numa linha

## ***O eleitorado será sensível a uma enorme falta de autenticidade que afecta por igual os dois partidos da coligação.***

de abertura que na história do PS tem nos Estados Gerais um dos seus clássicos.

### **Entretanto, tem vindo a ser preparado um documento que irá ser apresentado à Convenção Nacional do próximo dia 28. Dado que tem estado na preparação desse documento, que, aliás, nesta edição do "AS" vai ser dado à estampa em toda a sua extensão, perguntava-lhe quais o principais pontos que aí são focados?**

Muitas das questões que estamos a abordar aqui são desenvolvidas no documento. Destaco, para além disso, a ênfase dada ao papel da Europa, no plano externo, em prol de um mundo mais seguro, mais livre e mais justo. E também a alta prioridade atribuída à construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça, correspondendo às expectativas dos europeus e levando a outros campos as iniciativas que conduziram recentemente à consagração do mandado europeu de captura. No quadro mais amplo do desenvolvimento sustentável, sobressai ainda uma perspectiva inovadora da reforma da política agrícola comum, onde o agro-ambiental e o desenvolvimento rural se tornam vectores estruturantes. Sublinho ainda as políticas da igualdade entre mulheres e homens e de combate a toda a espécie de discriminações, que representam bem o espírito que conduziu à integração da

Carta dos Direitos Fundamentais no projecto de Constituição da União Europeia.

Mas o mais importante são certamente as orientações defendidas para retirar o País da situação para que o Governo PSD/PP tem atirado e prosseguir um rumo verdadeiramente europeu: elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social, alterar o perfil produtivo em direcção a actividades de futuro, afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do País, promover o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida nas cidades e o desenvolvimento rural, garantir a melhoria sustentada da protecção social e, por último mas não em último lugar, o reforço da coesão económica, social e territorial. Antes da formulação final, esperamos agora as críticas, os comentários e as sugestões de todos.

### **Como e de que forma podem os socialistas fazer chegar os seus contributos para o enriquecimento desse documento?**

A partir da publicação deste documento, que é aliás um documento-base, um instrumento que se destina a motivar a participação, não só se irão desenvolver debates nas várias estruturas partidárias como contribuições de toda a espécie poderão ser remetidas para a sede nacional do PS, quer para o endereço electrónico do próprio "Acção Socialista", no sentido de possibilitar o aperfeiçoamento da proposta-base. Uma experiência de abertura e de recolha de contribuições diversificadas no próprio processo de elaboração de documentos deste tipo é uma boa maneira de o PS levar um espírito diferente ao debate das matérias europeias, indo ao encontro de novos métodos de participação que germinam e são desejados na sociedade portuguesa.

### **Partilha a opinião que as europeias serão o cartão laranja ao Governo?**

O eleitorado vai ter uma ocasião, a meio da legislatura, para dizer o que pensa sobre a governação PSD/PP. Uma consulta nesta altura será sempre extremamente reveladora. Se o rumo governativo obtiver a reprovção que merece, o Governo deixará de ter condições políticas para prosseguir as políticas que até agora tem seguido, e com resultados tão prejudiciais.

### **Do seu ponto de vista, como vai reagir o eleitorado à coligação de direita às eleições ao Parlamento Europeu, sendo que PSD e PP têm visões distintas, para não dizer opostas, sobre a União Europeia?**

Tudo indica que o PP, ao mesmo tempo que desenterra a nostalgia colonialista, se vai entregar ao puro oportunismo de subscrever o que o PSD propuser como discurso europeu.

O eleitorado será sensível a uma enorme falta de autenticidade que afecta por igual os dois partidos da coligação. Quem não é europeísta só com fingimento pode passar por sê-lo. Quem promove o afastamento da Europa e procura a companhia eleitoral dos que não são pela Europa, ao apresentar-se como pró-europeu, não tem nem coerência, nem autoridade, nem vergonha.

### **A estratégia ambígua do Governo face à possibilidade da eleição de António Vitorino para a presidência da Comissão Europeia não pode prejudicar a candidatura de um português a este tão importante cargo?**

António Vitorino, por si, reúne os melhores atributos. O primeiro-ministro agora o que tem a fazer é falar menos e cumprir os compromissos que publicamente assumiu. Veremos depois se a solução atingida é ou não a melhor para a Europa e para o País. Acredito que o PSD não nos querará dar, em vez de um presidente de Comissão de primeira, um comissário de segunda.

### **Porque é que o PS diz que não há possibilidade de consenso relativamente ao Programa de Estabilidade e Crescimento mas está disponível para um consenso em relação ao Pacto de Estabilidade e Crescimento?**

O Programa já foi apresentado em Bruxelas pelo Governo português e reporta-se às políticas internas, constantes do programa do Governo, tendentes ao cumprimento do Pacto.

A revisão do Pacto vai estar em agenda nos próximos meses, e não há ainda posição nacional definida para essa revisão.

Alguém subscrever um documento já entregue nada tem a ver com a obtenção dum consenso mas sim com uma adesão. Em democracia, o papel da oposição não é aderir aos documentos que o Governo a convida a subscrever algumas semanas depois de os ter editado.

Com o Pacto não se passa o mesmo, porque se trata de regras europeias que vão ainda ser objecto dum processo de reavaliação, onde pode haver interesse negociado em concertar posições nacionais. Daí a disponibilidade do PS para, neste caso, fazer o que é próprio de uma oposição responsável fazer.

## REGIONALIZAÇÃO "AD LIBITUM"?

**Ao contrário do que parece resultar dos textos legais que a permitem, estas novas autarquias intermunicipais e neometropolitanas, só muito indirectamente estão ligadas ao sufrágio popular, assumindo o carácter de confederações municipais, onde as decisões, como na liga de futebol, se tomam ao sabor dos maís fortes contra os restantes, longe do controlo democrático dos cidadãos.**

O "modelo de produção" das novas regiões, estabelecido nas leis 10 e 11 de 2003 de 13 de Maio, tem a clara vantagem de ser politicamente discreto, com menu *à la carte*, ao gosto individual dos clientes, com conteúdo e geometria variáveis.

Não me parece porém que tanta *souplesse* resolva o que quer que seja dos defeitos da macrocefalia e centralismo do nosso modelo político-territorial actual, cristalizado no referendo de 1998.

E só por angústia e frustração regionalizadora, se podem ver hipotéticas virtudes no modelo nascente, que pode ser muito apto para retalhar o território em mais algumas divisões *ad hoc*, mas que não materializa uma alternativa séria ao modelo de regionalização que os portugueses rejeitaram naquele ano.

Partindo do pressuposto simplista que algo de intermédio terá de existir entre autarquia - município actual - e a administração central do Estado e fundando o modelo num conceito alargado de voluntarismo e liberalismo sem limites, é óbvio que se foge à dificuldade de concepção de uma ideia global e coerente de regionalização para o país - que por muito coerente que seja, é sempre politicamente atacável - e mata-se o problema de fundo com uma receita, onde tudo é possível.

O que está em cima da mesa é um recurso e uma fuga a uma questão que não está resolvida em Portugal e que queima as mãos de quem tiver a coragem de lhe pegar.

Verdadeiramente trata-se de casamentos municipais sem escritura reguladora mínima que os oriente, celebrados ao sabor da conveniência instantânea.

Podem ser resposta a uma premência ou a algumas exigências municipais, mas por estreiteza de universo ou por conteúdo em demasia arriscam a viabilidade da união.

Do mesmo modo que, durando o tempo de uma circunstância, não se lhes adivinha maneira de garantir perenidade. Não há autarquias descartáveis, como parece resultar do modelo simplista proposto.

A regionalização emergente é, desta forma, uma cartografia de conteúdo desconhecido com linhas em permanente mutação, que nada traz de novo à banda desenhada em que assenta actualmente o nosso perfil territorial.

Sem esquecer o que lhe falta de fundamento democrático e transparente, como é próprio de uma qualquer regionalização legítima. Ao contrário do que parece resultar dos textos legais que a permitem, estas novas autarquias intermunicipais e neometropolitanas, só muito indirectamente estão ligadas ao sufrágio popular, assumindo o carácter de confederações municipais, onde as decisões, como na liga de futebol, se tomam ao sabor dos maís fortes contra os restantes, longe do controlo democrático dos cidadãos.

Não haverá pior ataque à democracia que hierarquizar os cidadãos, consoante o lugar ou o concelho onde façam a sua vida, concedendo ou deixando de conceder direitos e faculdades, vantagens ou protecções em função das correlações de forças instituídas na autarquia emergente.

Todo este problema é emblemático de como a tecnocracia e a eficácia reduzem os direitos e desertificam a democracia. A regionalização não pode ser perversida por maleabilidades que não a consolidam, antes visam ocultar o custo da sua implantação.

Na verdade, os frágeis municípios teriam de sofrer a nova tutela intermunicipal e sujeitar-se às regras maioritariamente definidas pela confederação. Já não lhes bastava ter o Terreiro do Paço. Mas ao menos este é legitimado pelo voto popular.

Para melhor está bem, está bem! Para pior...

Opinião

## ELISA FERREIRA EM BEJA

# BRUXELAS DEU CONDIÇÕES A PORTUGAL MAS O GOVERNO DESBARATA TUDO

"Bruxelas tem criado condições para que o nosso país se desenvolva, mas o Governo tem desbaratado tudo e vamos chegar a 2007 com um rendimento igual ao que tínhamos em 1998. Ou seja, com este Governo andamos nove anos para trás", afirmou em Beja a deputada socialista Elisa Ferreira, numa discussão sobre os desafios do alargamento e as próximas perspectivas financeiras.

Numa iniciativa conjunta da Delegação Socialista do Parlamento Europeu e da Federação do PS/Baixo Alentejo, Carlos Lage, António Campos Helena Torres Marques, Luís Pita Ameixa e Bento Rosado foram os oradores de um debate bastante participado sobre o futuro de Portugal na União Europeia, que teve a encerrar os trabalhos, em nome do secretário-geral do PS, Vieira da Silva, que apelou à mobilização e ao voto nas próximas eleições europeias.

Elisa Ferreira, que criticou a falta de medidas para combater os problemas das regiões do interior, considerou fundamental que o País seja exigente na forma como se está a preparar, sendo necessário dar o salto qualitativo no investimento, de forma a que não fiquemos acantonados devido à capacidade de atracção dos países da Europa Central e Oriental que a partir de 1 de Maio integrarão a União Europeia.

"O problema - considera - é que o país está a entrar numa desorganização total, porque o Governo é incompetente", como está patente no facto de "termos deixado de querer aproximar-nos da União para já só queremos não recuar mais do que no trimestre anterior". Igualmente bastante crítico esteve o eurodeputado Carlos Lage, considerando

que, perante a má governação que já atirou Portugal para o último lugar no desenvolvimento da União, não hesitou em defender a demissão do Governo. "Este Governo devia demitir-se, porque está a deixar o país mais pobre e completamente desorganizado", afirmou.

Carlos Lage considerou que o alargamento da União Europeia obriga a que haja também um aprofundamento das suas políticas e objectivos. "Se assim não for, estaremos perante uma espécie de fraude", considerou, acrescentando que, por isso, o alargamento não pode ser separado da aprovação da Constituição europeia.

Numa atitude assumidamente provocatória esteve o eurodeputado António Campos, que incitou os presentes a indignarem-se em virtude da riqueza agrícola estar concentrada nas mãos de um pequeno grupo de proprietários do Alentejo, que absorve cerca de 50 milhões de contos dos 120 milhões que o País tem para a agricultura.

Considerou que os recursos do Alentejo estão desprezados, e incitou os alentejanos a organizarem-se para aproveitar melhor as suas riquezas que, pela sua qualidade, têm condições para competir em qualquer parte do mundo.

Bento Rosado, ex-gestor do Programa Operacional da Região Alentejo, considerou que para o Alentejo se desenvolver precisa de uma política de desenvolvimento regional, "coisa que entretanto desapareceu". E não hesitou em considerar que sem uma estrutura intermédia, com capacidade de negociação e de decisão, não poderá haver desenvolvimento sustentado. "Não acredito no desenvolvimento regional

sem a regionalização. Temos um modelo centralista que vem do Estado Novo. A regionalização foi a única revolução que ainda não conseguimos fazer", afirmou Bento Rosado.

Helena Torres Marques considerou que é necessário o País fazer ver aos países contribuintes líquidos que o melhor investimento é aquele que é feito nos Fundos Estruturais, na medida em que ganham com a capacidade de criar riqueza que eles proporcionam. "Mas temos de os aproveitar melhor, aplicando-os nas pessoas, na formação e na qualificação", disse.

### Apelo à mobilização

Vieira da Silva, tal como o presidente da Federação de Beja, Luís Ameixa, fizeram um apelo à mobilização do partido e alertaram para a importância que terão as próximas eleições para o Parlamento Europeu, sendo necessário apresentar um cartão vermelho à coligação, que tem dois percursos tão antagónicos em matéria europeia.

Vieira da Silva sublinhou que é necessário avançar na Europa consolidando os caminhos que foram traçados na Cimeira de Lisboa, considerando absolutamente incompreensível que o Governo do PSD/PP seja o único em toda a Europa que tem medo de se referir a esse importante acontecimento que hoje marca todas as orientações políticas da União Europeia.

Vieira da Silva denunciou ainda a política de desregulamentação que a direita está a levar a efectuar em matéria social, bem como o desprezo pelo emprego, ambiente, educação e ordenamento do território. **P.P.**



LUÍS MARINHO

## IGUALDADE

# MULHERES QUEREM MAIS ESPAÇO NA EUROPA

Existe um forte sentimento nas sociedades europeias de que a situação de desigualdade efectiva que afecta as mulheres não pode persistir, apesar de alguns interesses políticos continuarem a pressionar nesse sentido. O problema da igualdade do género tem de estar entre as matérias de discussão prioritária na Europa. Esta a ideia central do debate sobre igualdade do género no emprego, nos direitos reprodutivos e na participação política, promovido, conjuntamente, pelo Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS) e pelo Departamento de Relações Internacionais do PS.

Presente no encontro que se realizou, no passado dia 5, na Assembleia da República, e moderado por Sónia Fertuzinhos, esteve a candidata ao Parlamento Europeu pelo Partido Social Democrata da Dinamarca, Britta Thomsen, para quem é lamentável que Portugal esteja no grupo dos seis países onde o aborto não é livre.



"As mulheres têm o direito de decidirem sobre o seu corpo", evocou como princípio, para referir de seguida que, na Dinamarca, a liberalização da interrupção voluntária da gravidez fez diminuir para metade o número de práticas abortivas. "Vamos mostrar às mulheres que também podem usar a comunidade para fazer valer os seus direitos", apelou Thomsen, numa linha de pensamento quer mereceu a concordância da jornalista e escritora portuguesa Leonor Xavier, para quem, "hoje mais do que nunca, a igualdade é

um tema pertinente na Europa".

Sérgio Sousa Pinto, eurodeputado socialista e único elemento masculino da mesa, onde também se incluiu a dirigente do PS, Ana Gomes, chamou a atenção para os limites da acção política ao líder com atrasos da própria sociedade.

"Uma e outra vez, os avanços civilizacionais são transaccionados pelo mais pequeno avanço político a curto prazo", observou, criticando a prevalência da abstenção e o "não" aquando da consulta popular em Portugal sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

Sérgio Sousa Pinto terminou a sua intervenção sublinhando a convicção de que "as mulheres, pela sua sensibilidade política naturalmente diferente, poderiam seguramente contribuir, de forma saudável, para uma mudança na agenda política, nacional e europeia".

MARY RODRIGUES

## FERRO RODRIGUES EM MADRID

## EUROPA DEVE IMPULSIONAR REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

A Europa deve impulsionar a reforma das Nações Unidas, instrumento fundamental do multilateralismo e da legalidade internacional", defendeu o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, na reunião da Internacional Socialista que no passado fim-de-semana decorreu em Madrid, perante a presença de mais de 400 delegados de todo o mundo.

Na reunião, presidida por António Guterres, Ferro Rodrigues fez uma intervenção assente na necessidade de inverter a instabilidade social, económica e política que actualmente atravessa o planeta, designadamente através de uma visão programática e de uma acção conseqüente e coordenada para a governação global. "É este o desafio que os socialistas têm pela frente. É urgente a nossa mobilização", afirmou.

Ferro Rodrigues considera que a crise aberta com o ataque ao Iraque à revelia do Direito Internacional é uma razão acrescida para que o Conselho de Segurança se torne mais representativo e que o direito de veto seja restringido. "A Carta das Nações Unidas precisa de consagrar o conceito de segurança humana, conciliando o princípio de soberania dos Estados com a protecção dos Direitos Humanos e a noção de desenvolvimento sustentável das sociedades", defendeu.

Perante os desafios da actualidade, o secretário-geral do PS defendeu "um impulso progressista que possamos



Líderes socialistas ibéricos concertam posições no quadro europeu

transportar para todo o mundo, em todos os campos onde a Europa possa fazer a diferença para que a globalização passe a beneficiar toda a Humanidade, construindo um mundo mais seguro e mais justo".

"São estes desafios que interpelam todos os socialistas e social-democratas reunidos na Internacional Socialista. É preciso trabalhar de forma afinada e lúcida para os levar à prática. Os dilemas, as escolhas implicam tremendos combates políticos. Acreditamos nos valores socialistas para nos orientar na decisão e na acção. Não podemos tardar mais a agir", afirmou Ferro Rodrigues. Entre outros encontros efectuados, Ferro

Rodrigues teve uma reunião com o secretário-geral do PSOE, José Luis Zapatero, candidato a primeiro-ministro nas próximas eleições gerais em Espanha.

#### Ana Gomes em missão ao Iraque

O Conselho da Internacional Socialista indigiu Ana Gomes para preparar uma missão ao Iraque dedicada à situação das mulheres. A missão partirá em breve para o Iraque e dará particular atenção ao problema das mulheres refugiadas.

O nome de Ana Gomes foi também avançado para ocupar uma das vice-presidências da Internacional Socialista.

## ANA GOMES EM ALIJÓ

## PRÓXIMO QCA PRECISA SER NEGOCIADO COM COMPETÊNCIA

É absolutamente indispensável termos no Governo pessoas capazes de fazer uma boa negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2007-2013, considerou Ana Gomes, responsável pelo departamento de Relações Internacionais do PS, durante um colóquio realizado em Alijó sobre "Os direitos dos cidadãos no Tratado Constitucional da União Europeia".

Ana Gomes considerou que só com pessoas competentes no Governo é possível fazer uma negociação que tenha em conta os interesses de Portugal e possa combater as debilidades com que se defrontam as regiões do interior do país.

Com efeito - afirmou -, as condições negociais numa União a 25 são mais complexas do que a 12 ou a 15, não obstante ser crucial para a paz e a estabilidade política do continente os países de Leste regressarem à convivência da Europa, sendo muito natural que esperem dos actuais membros a abertura e solidariedade que Portugal também teve quando aderiu em 1986.

Ana Gomes lembrou que o trabalho desenvolvido pela Convenção europeia teve como um dos seus objectivos preparar as instituições da União para o alargamento a dez novos países e considerou que o Tratado Constitucional

podrá aproximar mais os cidadãos europeus da Europa, para o que muito contribui o facto de nele estar integrada a Carta dos Direitos Fundamentais.

No encerramento do debate, o presidente da Federação, Ascenso Simões, afirmou que os portugueses têm muitos motivos para votar de modo a mostrar o seu descontentamento relativamente a este Governo e lembrou que vale a pena



acreditar numa Europa que nos tem proporcionado oportunidades de desenvolvimento.

O presidente da Câmara de Alijó, Artur Cascarejo, fez a abertura dos trabalhos.

## INICIATIVA EM BRAGA

## PS TEM DE MOSTRAR A SUA FORÇA NAS ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

As próximas eleições ao Parlamento Europeu são um bom momento para fazer um ponto da situação em que o País se encontra e dizer "Basta!" a este Governo, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa iniciativa que decorreu em Braga, organizada em conjunto pelo delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu com a federação minhota.

Com o título a "Europa: dimensão local, regional e global", o tema serviu para discutir os desafios que no futuro se colocam a Portugal e à União Europeia num contexto de alargamento a dez novos países e teve a participação de Mário Soares, António Costa, Carlos Lage, Capoulas Santos, Sérgio Sousa Pinto, Galinha Barreto, Mesquita Machado e Mota Prego.

Ferro Rodrigues chamou a atenção da importância do papel do PS na Europa, passando em revista todos os grandes momentos da presença portuguesa na construção europeia. "Fomos nós que fizemos o percurso de aproximação e a adesão à Europa, entrámos no Euro e

fizemos a Cimeira de Lisboa", acrescentando que durante os governos socialistas o País nunca parou de convergir com a média da União Europeia em termos de rendimentos.

Mas logo a seguir lamentou que, após 19 anos essenciais para nos aproximarmos dos padrões de vida europeus, deparemos agora nos dois últimos dois anos "com uma situação de grande mediocridade". "Portugal deixou de convergir, estamos em 2003 numa recessão profunda e os programas sociais foram abandonados ou secundarizados, aumentaram as desigualdades sociais e regionais", sublinhou.

Ferro Rodrigues considerou que o PS tem de ter no Parlamento Europeu homens e mulheres profundamente europeístas, para que seja possível ganhar estas eleições e apresentar ao Governo um cartão vermelho.

"As eleições de 13 de Junho são importantes para que haja uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro de Portugal e o Governo possa ver um cartão vermelho", pelo que tem prejudicado o País. O líder do Grupo parlamentar, António

Costa, criticou a passividade do Governo em relação aos grandes dossiês europeus para que Portugal possa ter um peso efectivo na União Europeia, sublinhando particularmente o facto de, com este governo de direita, Portugal ter divergido da União Europeia.

Carlos Lage, presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, chamou a atenção para o facto de as negociações das próximas perspectivas financeiras irem pôr à prova a solidariedade europeia e lamentou que o Governo esteja a desbaratar os avultados apoios financeiros da União com um desempenho económico que está a deixar o País mais longe da média comunitária. Capoulas Santos abordou a importância da reforma da PAC e as alterações a que os agricultores portugueses terão de se adaptar e Galinha Barreto criticou a actual ausência de projectos estruturantes para a região e as perturbações que o Governo tem causado em muitos dos projectos em curso, pondo em causa a continuidade de alguns deles.

PP

## UMA ESTRATÉGIA CLARA PARA GANHAR AS ELEIÇÕES



No encerramento do colóquio "Europa: dimensão local, regional e global", o eurodeputado Mário Soares falou sobre a importância das próximas eleições europeias, sublinhando que "devem ser ganhas por nós socialistas, com uma estratégia clara e um caminho a seguir bem definido", acrescentando que a lista "deve ser boa e coesa e os candidatos não devem contradizer-se".

"Ganhar as eleições é uma questão nacional e todos precisam de contribuir activamente para que os portugueses não voltem a ser enganados", afirmou, considerando que este ciclo eleitoral é fundamental para fazer uma viragem, superar a crise e voltar a discutir o desenvolvimento. "O Partido Socialista tem de mostrar aos portugueses que é o principal partido da Europa e que continuará a ser", disse.

#### O Governo mais reaccionário

Mário Soares desferiu também um violento ataque ao actual Governo, considerando-o "o mais à direita e o mais reaccionário que o País teve após o 25 de Abril".

"Há sectores deste Governo, não digo todos, que põem em causa o espírito e as conquistas do 25 de Abril e mesmo a liberdade", afirmou.

Soares considerou também que nas próximas eleições europeias o PS terá pela frente uma coligação contranatura de partidos que em matéria europeia, mais do que em qualquer outra, não têm nada em comum e em que o PP "até parece ter mais poder que o próprio PSD".

"O PP é um partido antieuropeu que está na Europa com a extrema-direita e o PSD está com os conservadores", concluiu.

## SAÚDE

## PORTALEGRE PRECISA DE NOVO CENTRO DE HEMODIÁLISE

A situação insustentável que se vive no serviço de hemodiálise do Hospital de Portalegre, que se encontra, há meses, "incapacitado para dar resposta às necessidades do actual número de doentes que carecem daquele tratamento", voltou a ser denunciada pelos deputados Zelinda Semedo e Miranda Calha.

Os socialistas exigem, pois, que o Ministro da Saúde apresente informações "concretas e urgentes" sobre o problema e aponte para uma medida de recurso, solicitando ainda que se avance com uma referência temporal a solução definitiva, ou seja, a construção de um novo centro e hemodiálise.

Num requerimento entregue à mesa da Assembleia da República, no passado dia 5, os parlamentares eleitos pelo círculo de Portalegre manifestam profunda preocupação pelo facto de tal situação acarretar deslocações e custos, em termos económicos, de qualidade de vida e de segurança, para utentes doentes, na sua grande maioria idosos.

## DESENVOLVIMENTO

## ONG IMPOSSIBILITADAS DE CUMPRIREM AS SUAS TAREFAS

A ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades Portuguesas tem que clarificar o procedimento recentemente adoptado que obriga as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) a apresentarem garantias bancárias ou facturas para que possam receber o respectivo apoio financeiro.

Em requerimento entregue, no Parlamento, no dia passado dia 3, o deputado socialista Vera Jardim manifesta a sua perplexidade pela "situação actual e respectivo posicionamento do Governo quanto ao financiamento aos projectos de cooperação desenvolvidos pelas ONGD".

## Porto, Portugal e a Europa

Fundação Cupertino de Miranda  
14 de Fevereiro de 2004

### 09.30h | Sessão de abertura

Alberto Martins; Carlos Lage; Vieira da Silva

### 10.00h | Painel da Manhã

"Porto, Área Metropolitana/Regiões da Europa"

Moderador: Castro Fernandes

Oradores: António Babo, Álvaro Domingues (a confirmar); Manuela Melo; Manuel Correia Fernandes

Moderador: Presidente da Câmara de Amarante

Oradores: Narciso Miranda; Nuno Cardoso; Rio Fernandes

### 15.00h | Painel da Tarde

"A Economia Regional, a Economia Nacional e Europeia (A Estratégia de Lisboa)"

Moderador: Fernando Gomes

Oradores: Jorge Bateira; João Cravinho; Manuel dos Santos

Moderador: Mário de Almeida

Oradores: Manuel Braga da Cruz (a confirmar); Augusto Santos Silva; Elisa Ferreira

### 18.00h | Sessão de Encerramento

Francisco Assis

Ferro Rodrigues

## VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

## AUDIÇÃO URGENTE DE MINISTRO ARNAUT

As situações de violência e as condições de segurança nos estádios portugueses levaram o deputado do PS Laurentino Dias a pedir a audição urgente do ministro adjunto do primeiro-ministro, José Luís Arnaut, no Parlamento

Em requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, o deputado do PS pede explicações do ministro sobre eventuais "relatórios sobre os incidentes" do jogo, "as condições de licenciamento do estádio e o cumprimento das normas legais de segurança em vigor" e ainda sobre a "legislação adequada a prevenir e punir tais conflitos", a apresentar pelo Governo "ainda este mês".

Entretanto, o mesmo deputado num documento recordou ao Governo que já



há legislação para controlo dos adeptos violentos nos recintos desportivos que só precisa de ser aplicada.

Laurentino Dias lembra que, nos termos do artigo 52º do Código Penal Português, está previsto que "um tribunal pode impor ao adepto condenado o cumprimento, pelo tempo de duração da suspensão, de regras de conduta destinadas a facilitar a sua integração na sociedade, nomeadamente não frequentar certos meios e lugares".

E cita mesmo um exemplo de aplicação desta mesma lei nos anos 70 no Tribunal de Vila Verde, quando um juiz determinou que um cidadão "se deveria apresentar no posto da GNR local sempre que a sua equipa tivesse jogo oficial, ficando por isso inibido de frequentar o estádio de futebol".

## FECHO DE BALCÕES DOS CTT

## POPULAÇÕES LESADAS E TRABALHADORES AMEAÇADOS

O anunciado encerramento das estações de correio de Melgaço e Paredes de Coura, sedes dos respectivos concelhos, a exemplo do que está previsto de norte a sul do País, levou os deputados do PS eleitos pelo círculo de Viana do Castelo a questionarem o Governo sobre esta mudança que afectará não só os trabalhadores da empresa, que vêem os

seus postos de trabalho ameaçados, mas que põe também em causa a qualidade do serviço público, lesando os interesses dos cidadãos.

Em requerimento entregue na Assembleia da República, os deputados socialistas Marques Júnior, Rosalina Mendes e Fernando Cabodeira perguntam se não estaremos perante

"uma atitude altamente lesiva para as populações, levada a cabo por uma empresa de capitais públicos, que tem a obrigação de garantir um serviço público universal" e qual a justificação que "estará na base da propalada intenção de encerrar os balcões dos CTT das sedes concelhias de Melgaço e Paredes de Coura".

## CULTURA

## APOIO FINANCEIRO ÀS ARTES TEM DE SER CLARIFICADO

O PS exigiu a presença urgente do ministro da Cultura para uma audição na respectiva comissão parlamentar prestar contas sobre a situação dos apoios financeiros do Estado às artes do palco, ao cinema e ao audiovisual para o ano de 2004, cuja repartição ainda não foi divulgada, e fazer uma análise das questões relacionadas com a actual situação da Casa da Música. Num requerimento subscrito pela deputada Manuela Melo, é denunciado o congelamento dos apoios ao cinema e audiovisual, "não havendo qualquer resultado conhecido dos concursos de 2003", pelo que "o ICAM limita-se,

praticamente, a acompanhar os projectos aprovados em 2001/2002".

OPS considera paradoxal este atraso, uma vez que, "há dois anos, o actual secretário de Estado desta área considerava inadmissível que esse apoio do Estado não estivesse, para cada ano, atribuído até Dezembro do ano anterior.

Por outro lado, salienta o documento entregue na Mesa da Assembleia da República no passado dia 27 de Janeiro, "concluídas as audições dos presidentes dos Conselhos de Administração da Porto 2001, SA e da Casa da Música/Porto 2001, SA, continuam por esclarecer questões

essenciais para a conclusão e abertura ao público da Casa da Música".

No dia anterior, a mesma deputada tinha entregue um outro requerimento relativo a este último assunto, onde sublinhava o reforço da convicção socialista de que sendo "a Casa da Música um equipamento cultural único" é insidioso que se alimente uma imagem pública negativa à sua volta.

Para clarificar a evolução do projecto, a deputada quer que Pedro Roseta diga as datas, valores e prazos para a concretização da terceira e quarta fases desta obra.

## OBRAS PARADAS

## ALGARVE À ESPERA DE PORTO DE RECREIO E VARIANTE DE FARO

À importância estratégica da construção de um Porto de Recreio em Faro, o Ministério das Obras Públicas não avançou sequer com um calendário nem com o plano de desenvolvimento.

Por isso, o deputado do PS José Apolinário solicitou, em requerimento, que a tutela diga qual a situação relativamente a este

empreendimento e exigiu saber qual a realização financeira deste em 2003, quais as verbas que já foram gastas nos diversos estudos de impacto ambiental, quais as propostas decorrentes de cada um deles, bem como o parecer que receberam.

Num outro requerimento entregue à mesa da Assembleia da República, Apolinário

reagia indignado à apatia com que o ministério tem encarado a ligação entre a Estrada Nacional 2 e a 125.

"A Variante de Faro está inacabada e não se conhecem quais os desenvolvimentos do projecto, denunciou, para de seguida solicitar esclarecimentos sobre a evolução desta obra.



## ANA GOMES DENUNCIA CACIQUISMO NAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A dirigente socialista Ana Gomes acusou de "caciquismo" o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, por este ter pedido uma lista de emigrantes "ilustres de Viseu" aos consulados portugueses nos Estados Unidos, para fins político-partidários.

"Este pedido demonstra o caciquismo absolutamente detestável do trabalho que tem desenvolvido no Governo", afirmou a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, sustentando que esse "caciquismo está projectado na acção do Executivo de apoio às comunidades portuguesas, o que é extremamente negativo".

Referindo que a actuação de José Cesário tem "um saldo negativo", Ana Gomes considerou que chegou "a hora de questionar

a sua integridade dentro do Governo".

A dirigente do PS classificou ainda a reestruturação consular como "desastrosa" e prejudicial à imagem de Portugal e das comunidades no exterior.

### PS/Suíça pede demissão de Cesário

Entretanto, a Federação do PS/Suíça pediu a demissão de José Cesário do cargo de secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, por este utilizar as suas múltiplas deslocações oficiais para objectivos partidários.

Em comunicado, o presidente desta estrutura socialista, Manuel de Melo, aponta o exemplo da última deslocação do governante à Suíça, onde participou num

jantar organizado pela Secção da Suíça do PSD.

Segundo o presidente da Federação socialista, José Cesário "usa e abusa do poder que a democracia lhe confiou, confundindo o Estado com o PSD e subvertendo de forma escandalosa as regras que devem nortear a conduta dos governantes".

Manuel de Melo lembra que, sobre esta matéria, a posição do primeiro-ministro é de que "as deslocações dos membros do Governo se verificam no cumprimento das suas atribuições governativas e não assumem natureza partidária". E acrescenta que, perante estes factos, o primeiro-ministro deve demitir imediatamente o seu secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

## SANTOS SILVA DENUNCIA

### GOVERNO OCULTA RESULTADOS DAS PROVAS DE AFERIÇÃO

Para arranjar desculpa por ter ocultado as más notas dos alunos do 9º ano nas provas de aferição de 2002, o ministro da Educação preferiu atribuir culpas ao anterior governo socialista. Para Augusto Santos Silva, David Justino "reagiu ao lado" por se interessar mais na procura de um culpado do que por conhecer melhor a realidade do sistema, e dessa forma melhorar e corrigir as dificuldades. "Na minha condição de deputado recuso-me a aceitar a ocultação de informação porque impede as escolas que formam professores, os centros de formação de professores, as escolas e as associações profissionais de trabalharem com base nos resultados das provas que custam ao Estado muito dinheiro", disse o parlamentar do PS.

De acordo com Santos Silva, que falava à Comunicação Social no passado dia 29 de Janeiro, uma das provas de que a relação entre os resultados e as políticas educativas é indirecta é o facto destes variarem em função das regiões, apontando para que "as de mais fraco desenvolvimento têm as piores médias". As provas de aferição, realizadas pela primeira vez em 2000, visam saber se no final de cada ciclo do ensino básico os estudantes atingiram os conhecimentos essenciais previstos no currículo nacional.

O relatório sobre os resultados das provas de aferição de 2002 e de 2003 será apresentado pelo Governo em meados deste mês, mas Augusto Santos Silva, que teve acesso aos resultados de 2002,

ainda não divulgados por David Justino, na sequência de um requerimento que apresentou na Assembleia da República a 17 de Julho de 2003, acusa o Governo de ter estado a guardar informação.

"Conheço o argumento do ministro de só querer divulgar os dados de 2002 com os de 2003, mas não o aceito porque o Ministério da Educação tem todo o direito de fazer os estudos que entender, mas não tem o direito de impedir que outras pessoas e instituições analisem os resultados de 2002", sublinhou, acrescentando que as provas de 2002 se realizaram em Maio desse ano e 20 meses depois David Justino "não dá qualquer conhecimento público sobre os resultados nacionais dessas provas".

## ENSINO SUPERIOR

### SUBSTITUIÇÃO DE DIRECTOR-GERAL PECA POR TARDIA

A substituição do director-geral do Ensino Superior, decidida depois deste responsável ter pedido uma lista dos aderentes à greve geral da Função Pública de 23 de Janeiro, foi aplaudida pelo deputado do PS Augusto Santos Silva, sublinhando que "é a medida mais

sensata neste momento".

O ex-ministro da Educação socialista aproveitou ainda para lembrar que o Ministério da Ciência e Ensino Superior "em 21 meses já teve dois ministros, dois secretários de Estado e quatro directores-gerais do Ensino Superior",

concluindo que o ministério "está com um problema de instabilidade preocupante".

Por isso, fez votos para que "a próxima escolha seja adequada e deixe de se reger por critérios de natureza estritamente partidária".

## REDUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DA ADSE

### NOVO ATAQUE À FUNÇÃO PÚBLICA

O PS condenou de "forma veemente" a diminuição nas participações da ADSE, sistema de protecção social aos funcionários públicos, mais uma medida inserida no âmbito da contra-reforma social levada a cabo pelo Governo PSD/PP. "O PS condena de forma veemente a decisão unilateral de retirar direitos aos trabalhadores da Função Pública",

afirmou o deputado socialista, Fausto Correia, lembrando que a esta diminuição nas participações da ADSE somam-se "os dois anos sem aumentos de salários, o ataque ao regime de progressões na carreira e a criação do quadro de excedentes".

E sublinha que, "em vez de anunciada reforma da Administração Pública, o

Governo está a fazer uma contra-reforma e a desmotivar os trabalhadores e empresas".

Sublinhe-se que, segundo a nova tabela, apresentada pelo Governo, serão atingidos tanto funcionários no activo como aposentados nas reduções das participações que poderão ir até aos 60 por cento.

## ASSOBIAR PARA O LADO

**Não havia "emergências" nem "urgências" "imediatas" e "únicas", ao contrário do que Bush disse e repetiu; nem, muito menos, fantasias de ataques ao Ocidente em "45 minutos", na versão de Blair. Em suma: não havia nada que justificasse, do ponto de vista da factualidade objectiva, as teorias apresentadas por Bush e Blair para legitimar a invasão.**



MIGUEL CABRITA

Surpreendentemente, o dr. Durão Barroso ainda não veio dizer ao País o que pensa sobre os recentes desenvolvimentos em torno da questão iraquiana. Mas é estranho que assim seja, uma vez que em todos os países que estiveram directamente implicados na famosa "coligação" e na invasão do Iraque, o assunto está sob intenso escrutínio e a ser objecto de um debate político relevante. Ora, é impressão minha ou Durão foi, em tempos, o apressado e

ufano anfitrião de uma restrita cimeira, de um núcleo duro de quatro países, em que se abriu o caminho para a guerra?

Agora, o mínimo que se exige é uma palavra de esclarecimento ao País: o que pensa o "atlantista" primeiro-ministro português de tudo o que está a acontecer? Qual é a posição oficial do Governo, agora, nesta matéria? Este esclarecimento deve, evidentemente, ser menos apressado e leviano do que a precipitação para a guerra há um ano atrás; mas nem por isso (ou talvez por isso) deixa de haver nele menor urgência.

É que enquanto os dias passam e de Durão Barroso nem rasto, nos Estados Unidos, é o que se sabe, com o pinguepongue entre Bush e a CIA: numa clara resposta à tentativa de lavagem de mãos de Bush, *George Tenet*, o director da CIA, já esclareceu: a agência nunca disse que havia uma "ameaça iminente" no Iraque. No máximo, havia categorias de armas que o Iraque (como outros países) tinha, e outras que não possuía mas procurava desenvolver ou adquirir (como outros países).

Não havia "emergências" nem "urgências" "imediatas" e "únicas", ao contrário do que Bush disse e repetiu; nem, muito menos, fantasias de ataques ao Ocidente em "45 minutos", na versão de Blair. Em suma: não havia nada que justificasse, do ponto de vista da factualidade objectiva, as teorias apresentadas por Bush e Blair para legitimar a invasão. O que é novo, e surpreendente, é que é o próprio director da CIA que agora vem sacudir a água do capote e endossar à Casa Branca a responsabilidade da grosseira mistificação levada a cabo. Confirmando assim, com a legitimidade de quem tem toda a informação na sua posse, o que já se suspeitava à medida que o tempo passa e as inspecções se aproximam do fim sem novidades de maior sobre o fabuloso arsenal bélico iraquiano. Em Inglaterra, Blair está sob a forte pressão de fogo (mesmo muito) pouco amigo, inclusivamente depois de ter sido ilibado de parte das responsabilidades pelo Relatório Hutton; e em Espanha este tema tem sido tema do aceso debate eleitoral em curso. Até noutros países menos ligados a esta monstruosa trapalhada, a questão está a ser levantada do ponto de vista das suas consequências políticas.

Começa a ser difícil entender, por isso, que Durão Barroso continue a assobiar para o lado, como se nada disto lhe (nos) dissesse respeito. É um silêncio demasiado comprometido. Que, no fundo, já nos diz muito, ainda que não o suficiente.

[www.paisrelativo.blogspot.com](http://www.paisrelativo.blogspot.com)

## A SOLUÇÃO MIRACULOSA

*“Mães a tempo inteiro, trabalhadoras a tempo parcial”, é a frase que melhor pode sintetizar a proposta do presidente da CIP. Ela apresenta uma considerável vantagem económica, já que “há milhares de profissões que podem ser partilhadas de manhã por uma trabalhadora e à tarde por outra”. Vantagem reforçada ainda pelo facto de que “as mulheres são mais estáveis, não andam a saltitar de emprego em emprego” e estão submetidas a uma triste sina, pois “quer gostemos quer não, acabam por ganhar menos”.*

Recentemente despontou na sociedade portuguesa o devoto grupo dos defensores da natalidade. Furiosamente contrário ao pecado da interrupção voluntária da gravidez, este grupo toma como pretexto o declínio da taxa de natalidade para pintar o maravilhoso quadro das famílias numerosas dos tempos passados, pressionar os governos para promoverem políticas activas de promoção da natalidade e convencer as mulheres a abandonarem os métodos de planeamento familiar. Considera que a difusão do natalismo é não só expressão de uma conduta moral irrepreensível, mas também um dever

patriótico que contribuirá para o aumento da produtividade e da competitividade da economia nacional. Um dos mais empenhados natalistas é o ministro Bagão Félix que pretende punir as mulheres que recorram a interrupção voluntária da gravidez, retirando-lhe direitos, mas anuncia, simultaneamente, bonificações nas pensões femininas em conformidade com o número de filhos. Em meados de Janeiro, o ministro prometeu também alargar em duas semanas a licença de maternidade.

Francisco Van Zeller, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), decidiu dar o seu contributo para a campanha de promoção da natalidade. O patrão dos patrões da indústria não concorda com o alargamento da licença de maternidade prometida por Bagão Félix. No entanto, para que não restem dúvidas relativamente à sua adesão à cruzada nacional para promover o aumento do número de filhos por casal, propõe às mulheres que renunciem às prometidas duas semanas suplementares de licença de maternidade e se disponham a “trabalhar em tempo parcial durante um determinado período de tempo longo, de dois, três, quatro anos” (*Público*, 21.01.04). Terminado este período, quem aderisse à sua proposta poderia retomar o trabalho a tempo inteiro.

“Mães a tempo inteiro, trabalhadoras a tempo parcial”, é a frase que melhor pode sintetizar a proposta do presidente da CIP. Ela apresenta uma considerável vantagem económica, já que “há milhares de profissões que podem ser partilhadas de manhã por uma trabalhadora e à tarde por outra”. Vantagem reforçada ainda pelo facto de que “as mulheres são mais estáveis, não andam a saltitar de emprego em emprego” e estão submetidas a uma triste sina, pois “quer gostemos quer não, acabam por ganhar menos”. Eis como economia e patriotismo natalista formam uma harmoniosa combinação no projecto de Van Zeller: para produtividade igual salário fatalmente desigual, além de que duas trabalhadoras a tempo parcial serão remuneradas pelo montante de uma a tempo inteiro. Será que as entidades patronais aceitarão a proposta do presidente da CIP? Para que isso seja possível, Van Zeller apela à mobilização do Governo e de “todos nós” para persuadir os patrões reticentes que o trabalho a tempo parcial das mulheres que querem ter filhos só lhes trará vantagens.

Mulheres portuguesas, o vosso destino está traçado. O retorno ao lar seria, é certo, a solução ideal para os fundamentalistas do natalismo. No entanto, como os postos de trabalho por vós abandonados para cuidar da numerosa prole seriam ocupados por homens, trabalhadores menos “estáveis” com salários mais elevados, apenas vos resta uma alternativa: comprometer-vos a trabalhar a tempo parcial por um longo período, subordinando assim as patrióticas delícias da maternidade à redução dos custos directos e indirectos do trabalho que promove o aumento dos lucros empresariais. A retoma económica e o aumento da taxa de natalidade exige-vos esforços redobrados. Lembrem-se de que o tempo em que saíam de casa para conseguirem um emprego que vos garantisse autonomia e independência económica já faz parte do passado. A partir de agora, a vossa missão consiste apenas em trabalhar fora do doce lar para complementar o salário dos vossos maridos e companheiros. Porém, não vos preocupais, pois podereis ser definitivamente libertadas das agruras e inquietações de que padecem os espíritos laborais mais reivindicativos. Enfim, tranquilizai-vos: o Governo e os bons patrões velam pela vossa felicidade e pela satisfação dos vossos verdadeiros interesses.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Opinião

## AGÊNCIA EUROPEIA MARÍTIMA

### LOURES RECLAMA LOCALIZAÇÃO DA SEDE

O presidente da Câmara de Loures, Carlos Teixeira, defendeu que a Agência Europeia de Segurança Marítima venha a ser instalada em Sacavém, no local onde está actualmente o parque de combustíveis.

“Na zona da Expo-98 já não cabe mais nada, a Agência Europeia de Segurança

Marítima ficava muito bem no local onde estão os poços de combustíveis da Galp, numa zona ribeirinha alargada e que deve ser requalificada”, disse.

O autarca socialista, que se manifestou contra o projecto de reactivar o parque de combustíveis localizado na freguesia da

Bobadela, apesar do mesmo ter um parecer favorável do Ministério do Ambiente, sublinha que a sua posição “tem razões de ordem ambiental e de minimização dos riscos para as populações e para o ecossistema do estuário do Tejo”.

## PS/SINTRA DENUNCIA IRREGULARIDADES ESCANDALOSAS NAS EMPRESAS MUNICIPAIS

As irregularidades nas empresas municipais de Sintra foram classificadas de “escandalosas” pelos autarcas eleitos pelo PS, que criticam ainda a “lógica partidária” do Executivo laranja, presidido por Fernando Seabra, conhecido comentador desportivo, na atribuição dos cargos de direcção a membros do PSD e do PCP. Por isso, o PS apresentou na última reunião

extraordinária da Câmara de Sintra medidas para racionalizar a gestão das empresas municipais do concelho, criticando o “silêncio do PCP perante situações graves” e a proposta dos comunistas, que prevê a realização de estudos sobre o funcionamento daquelas entidades, considerando-a “contraditória e uma não-proposta”. “Basta-nos apreciar as contas das

empresas para ver que a sua gestão é um descalabro. Há inúmeros problemas e as dívidas são gritantes e têm aumentado brutalmente. O presidente da Câmara atribuiu os cargos dirigentes aos seus colegas de partido e ao PCP, sem qualquer critério, e em troca recebe do PCP o “silêncio”, denuncia o vereador socialista Rui Pereira.

## TORRES VEDRAS

### URGE DESBLOQUEAR O POLIS

A Câmara Municipal de Torres Vedras, de maioria socialista, receia que a recuperação ambiental do rio Sizandro, no âmbito do programa Polis, seja atrasada por não existir entendimento sobre o plano de pormenor e já pediu a intervenção do ministro do Ambiente.

Numa exposição dirigida a Amílcar Theias, o vice-presidente da autarquia, Carlos Miguel, alerta: “Podemos vir a ter uma situação em que não temos plano de pormenor com parecer favorável por não termos declaração de interesse público e não temos declaração de

interesse público porque não temos plano de pormenor com parecer favorável”. Neste quadro, e para que o processo não se atrase ainda mais por “diligências inúteis e discussões estérteis”, a câmara pediu ao ministro do Ambiente para que “providencie no sentido de existir um entendimento”.

## ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

### SOCIALISTAS DEFENDEM UNIDADE DO DISTRITO DE SANTARÉM

A Federação de Santarém do PS lamenta que o Durão Barroso defenda para Bragança e Vila Real o que o seu secretário de Estado da Administração Local rejeita para o distrito — a criação de uma única comunidade urbana.

Em comunicado divulgado no passado dia 3, o Secretariado Distrital de Santarém lembra que, há meses, promoveu um debate alertando para a importância da criação de uma Área Metropolitana que coincidissem com o actual distrito.

O objectivo era “que no futuro a região e o distrito pudessem ver inscritas as suas ambições em sede de concretização

efectiva”, adianta o documento, onde os socialistas recordam igualmente que alertaram a tempo para “a realidade concreta que agora o primeiro-ministro vem sublinhar, propondo não só a unidade de um distrito, mas juntando dois (Vila Real e Bragança) na mesma comunidade urbana, isto é, na mesma região”.

A Federação do PS manifesta a sua perplexidade pelo facto da proposta de Miguel Relvas para o distrito de Santarém acabar por ser, ao contrário, a repartição em duas metades, “qualquer delas sem a dimensão necessária para poder fazer-se ouvir em Bruxelas ou até noutros fóruns

de menor alcance”.

O comunicado termina lançando o repto a Durão Barroso para que visite o distrito e passe a “conhecer as dificuldades e os constrangimentos que o Governo está a criar aos municípios, às empresas e aos diversos agentes” da região. Recorde-se que no distrito de Santarém está em curso a criação de duas comunidades urbanas, uma reunindo 11 municípios da Lezíria do Tejo e outra dez concelhos do Médio Tejo, com a possibilidade desta vir a acolher municípios a Sul da Gardunha, como Castelo Branco.

## PERCURSO COERENTE DE LOPES CARDOSO EM LIVRO

Uma iniciativa de “justiça histórica”. Foi assim que o militante histórico do PS António Reis classificou o lançamento do livro “Lopes Cardoso — Testemunho sobre a coerência de um percurso”, realizado na livraria da Assembleia da República, que inclui os discursos parlamentares e uma biografia histórica de uma das mais destacadas figuras da esquerda portuguesa.

Numa cerimónia que contou com a presença de Ferro Rodrigues, Almeida

Santos, Mário Soares, António Costa e Jorge Lacão, entre outros socialistas, o Presidente da República, Jorge Sampaio, enalteceu a figura de Lopes Cardoso, mas advertiu que a personalidade do seu falecido amigo e ex-dirigente do PS “não é apropriável por ninguém”.

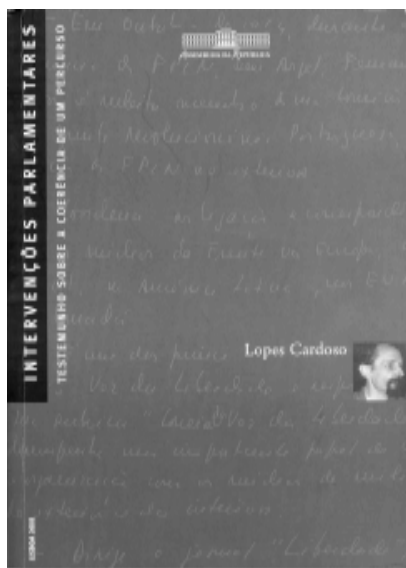
“Todos temos um pouco de Lopes Cardoso conosco”, disse Jorge Sampaio, sublinhando que o seu ex-conselheiro na Câmara e na Presidência da República foi alguém que o marcou “fortemente”.

António Reis, a quem coube a apresentação do livro, relembrou o perfil de “parlamentar nato” do antigo ministro da Agricultura do I Governo Constitucional, que, na sua opinião, foi “o melhor líder que o Grupo Parlamentar do PS teve”.

O ex-deputado do PS classificou o livro como uma “verdadeira biografia histórica” sobre um homem que “fez a ponte entre a geração de Mário Soares e Jorge Sampaio”.

# LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



## O LIVRO

*Intervenções Parlamentares. Testemunho sobre a coerência de um percurso*

Prefácio de António Reis.  
Lisboa: Assembleia da República - Divisão de edições, 2003.

## INTERVENÇÕES PARLAMENTARES TESTEMUNHO SOBRE A COERÊNCIA DE UM PERCURSO

### ANTÓNIO REIS

Tribuno eloquente mas avesso a gongorismos ultrapassados, sabendo aliar o calor das convicções ao rigor demolidor da argumentação, brilhante líder parlamentar no primeiro período de uma Assembleia Constituinte povoada por uma plêiade de notáveis personalidades fundadores do actual regime democrático, Lopes Cardoso foi, ao longo dos seus quase vinte anos de deputado e governante, figura sempre admirada e respeitada por todos os quadrantes partidários do hemisfério de São Bento. Disso nos dão insofismável testemunho os depoimentos tanto de adversários como correligionários, ora recolhidos nesta obra.

Menos conhecido do grande público de hoje, e mesmo decerto de muitas personalidades políticas actuais, é o seu percurso de oposicionista à Ditadura, também aqui amplamente documentado e, sobretudo, comoventemente evocado pela sua companheira de sempre, Fernanda Lopes Cardoso.

Situado entre a geração dos jovens do Movimento de Unidade Democrática dos anos 40, a que pertenceram Mário Soares e Salgado Zenha, e a geração dos dirigentes estudantis dos anos 60, bem representada por Jorge Sampaio, Lopes Cardoso não pôde beneficiar da maior visibilidade e da mais extensa rede de complicitades de uma e de outra. O seu itinerário tem, assim, contornos muito próprios, mas que nem por isso se deixa de inscrever no movimento mais amplo de conquista de um espaço ideológico e organizativo entre a oposição republicana tradicional das velhas gerações e o Partido Comunista Português. Marcado pelo convívio de António Sérgio, mas

também pelas leituras de Gramsci, integrando em 1958 o grupo renovador da Seara Nova, que representou nas Juntas Patrióticas, participante em 1961 no golpe de Beja, membro em 1962-63 da Resistência Republicana e do Movimento de Acção Revolucionária, que representou na Frente Patriótica de Libertação Nacional de Argel, Lopes Cardoso tentou sempre conciliar a estratégia de afirmação do espaço autónomo do socialismo democrático com os métodos de luta unitária contra a Ditadura. A sua adesão em 1973 ao Partido Socialista, ele próprio fruto último de uma estratégia semelhante conduzida por Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, dá-se precisamente numa conjuntura em que, garantida a organização autónoma dos socialistas, estes apostam em métodos unitários de combate ao regime ditatorial.

Mais conhecida é a vida política de Lopes Cardoso depois do 25 de Abril: a sua participação na implantação nacional do PS; o seu papel na Constituinte e como ministro da Agricultura nos difíceis mas fascinantes tempos da Reforma Agrária; a resistência que opôs à chamada Lei Barreto; a sua dissidência do PS e a fundação da UEDS, a que se seguiu a reaproximação ao PS no âmbito da oposição à Aliança Democrática de Sá Carneiro e do apoio dado, logo de seguida, a Mário Soares por ocasião das divergências em torno da segunda candidatura presidencial do general Eanes; o seu regresso ao PS em 1985 e a posterior colaboração com Jorge Sampaio na Câmara Municipal de Lisboa e na Presidência da República.

Mas nem por isso o leitor deixará de encontrar nesta obra documentos e testemunhos extraordinariamente interessantes sobre episódios capitais da

história do actual regime democrático, para muitos quicá já demasiado esbatidos ou mesmo olvidados na memória. Entre avultam, como seria de esperar, em primeiro lugar os que se referem à sua actuação como ministro em tempos de Reforma Agrária, tentando impor uma via intermédia entre o radicalismo colectivista do PCP e as pressões restauradoras da antiga ordem das forças conservadoras, e capaz, por isso, de defender os direitos dos pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros; em segundo lugar, os que relatam a resistência que opôs a essa outra via intermédia, mas mais vulnerável aos velhos interesses, simbolizada na Lei Barreto.

Gostaria ainda de chamar a atenção do leitor para a forma original como vem organizado este livro, que foge ao esquema habitual da introdução biográfica seguida da antologia de discursos parlamentares e outros textos da personalidade homenageada. Fernanda Lopes Cardoso, a quem ficamos a dever este trabalho de inextinguível devoção evocativa e competente compilação de documentos, optou por nos guiar através do itinerário político de Lopes Cardoso alternando o registo da biografia, que não esconde um comovido companheirismo afectivo, com o recurso não apenas aos textos do biografado (cartas, entrevistas, artigos, polémicas e discursos parlamentares) mas também a textos de outros autores, quer os publicados na época a que se reportam quer os escritos propositadamente para esta obra, entre os quais figuram alguns testemunhos de enorme valor histórico e afectivo. Um conjunto de depoimentos de conhecidas personalidades da vida política portuguesa completa a obra, confirmando o enorme prestígio adquirido por Lopes Cardoso entre os seus pares dos mais diversos quadrantes políticos.

## A PSEUDO-REFORMA DO TERRITÓRIO: DEMAGOGIA E VAZIO

JOAQUIM COUTO

As Leis 10 e 11 de 13 de Maio de 2003, que criaram as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais, respectivamente, não acrescentam nada de novo, antes pelo contrário, introduzem factores de perturbação que causarão muitos problemas às instituições públicas e privadas e ao cidadão comum. Senão vejamos:

1. Não têm em conta a reforma da Administração Pública, nomeadamente a sua organização territorial, que hoje é, como sabemos, diferente de Ministério para Ministério. Como será a reforma anunciada?
2. Não introduz nenhuma alteração ao nível do sistema eleitoral dos GAM, nomeadamente o presidente da Junta e Assembleia Metropolitana.
3. Não define com rigor o nível de competências, ficando-se por generalidades de concretização pouco exequível.
4. Faz depender os meios financeiros essencialmente dos municípios integrantes.
5. Tenta retirar poder aos municípios quando constitucionalmente de acordo com o artigo 257 a sua autonomia e poderes são sagrados.
6. Tenta dar a ideia aos portugueses que deste modo está a descentralizar o País. Descentralizar e regionalizar é partilhar o poder de decidir, é partilhar os meios financeiros, em complementaridade com o nível superior ou inferior de administração, tendo em conta os objectivos planificados.
7. Se analisarmos com uma lupa o articulado verificamos que tudo o que implica *poder de decisão* continua nas mãos do Estado.
8. Faz tábua-rasa da Lei 159/99, de 14 de Novembro.
9. Não respeita o princípio de coesão nacional. Acentuará as diferenças entre litoral e interior e entre norte e sul.
10. À falta de imaginação política, mantém a capacidade de endividamento dos GAM/COMURB e *Comunidades*, ao nível do que é exigido para os municípios integrantes.
11. Não articula com os vários sectores da Administração Pública, nomeadamente, a mobilidade de pessoal, já que as implicações com a política de habitação são evidentes. Não será possível promover empregos no interior se as pessoas compram casa no litoral!
12. Não salvaguarda o princípio da *solidariedade inter-regional*, já que parte significativa dos meios financeiros ao dispor dos GAM/COMURB e *Comunidades* dependerá da *discricionariedade do Governo no momento*.
13. Aumenta significativamente a despesa pública, porventura para além do que seria exigido para a instituição, em concreto das Regiões Administrativas.
14. Cria artificialmente agregações de municípios, aparentemente apenas com uma lógica futura de contagem de votos em futuras eleições.
15. Se actualmente já é complicado e em muitos casos inexistente uma compatibilização dos PDM's ao nível intermunicipal, como será no futuro com o Planeamento Nacional, Regional e Local?

Em resumo, um saco cheio de nada e muita demagogia à mistura.

O que deverá ser uma resposta às Leis 10 e 11 de 13 de Maio? Uma reforma da Administração Central coerente e desconcentrada e uma proposta de regionalização administrativa evolutiva com a revogação das actuais leis, que tornem o País mais eficiente e eficaz no serviço público às instituições e ao cidadão, com a sua cada vez maior participação directa ou indirecta, através dos seus representantes eleitos.

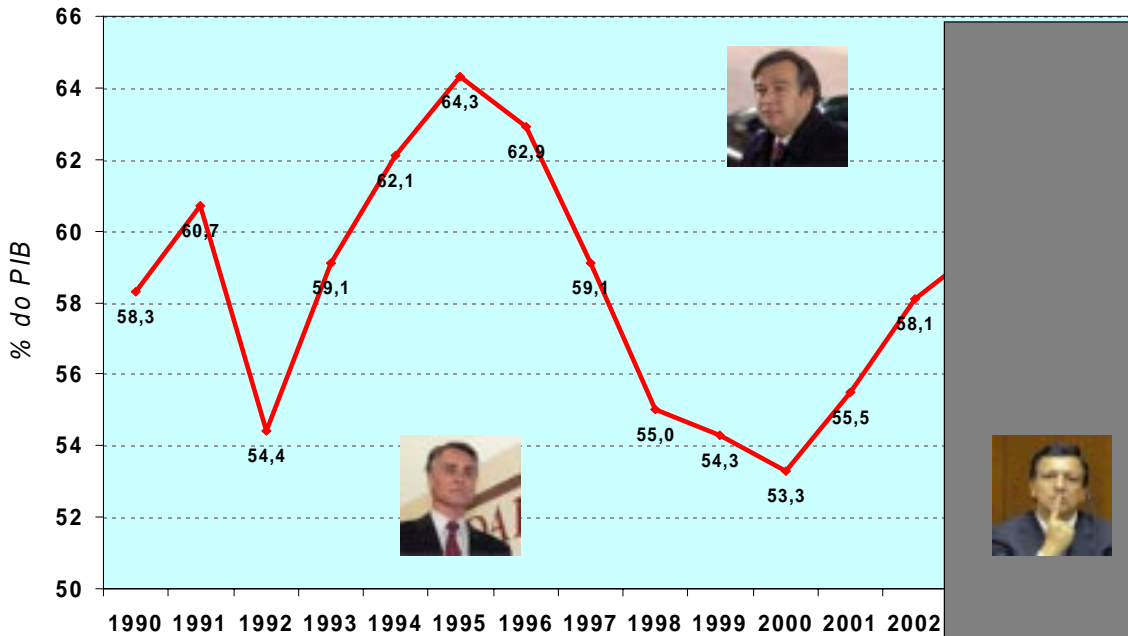
Resumidamente diria que:

- a. É necessário e urgente elevar as actuais AMP e AML a autarquias de nível superior.
- b. Estas devem ter um regime transparente e objectivo de competências facultativas e obrigatórias, bem como as receitas adequadas provenientes essencialmente do OE através duma perequação adequada, com respeito escrupuloso pelo princípio da solidariedade inter-regional e coesão nacional. Estas competências devem ter um nível supramunicipal e infracentral.
- c. O processo eleitoral dos órgãos das mesmas deverá ser mais aberto e não exclusivo dos autarcas já eleitos. O presidente da Junta Metropolitana não deverá ser presidente de Câmara. A Assembleia Metropolitana deverá ter uma composição mista de autarcas e não autarcas.
- d. Respeito rigoroso pela autonomia municipal, pelo que terá de ser o Estado Central a ceder poder de decisão e meios financeiros adequados de acordo com o princípio da subsidiariedade.
- e. Devem ter um nível de autonomia administrativa e financeira definido por lei.

Finalizando, do que Portugal precisa é dum modelo, que aproveitando a experiência da nossa administração, aproveitando o que de bom já se fez no País, ao nível privado e da experiência dos nossos parceiros europeus, construa e aperfeiçoe uma alternativa com três ou mais patamares de poder, nomeadamente *as regiões administrativas*, com órgãos democraticamente eleitos, com meios financeiros, que aos olhos do cidadão comum sejam *claros, transparentes e fáceis de controlar*.

# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

## DÍVIDA PÚBLICA – PORTUGAL (1990 – 2005)



Fonte: Anexo Estatístico das Previsões de Outono – 2003; Comissão Europeia; Portugal (2002-2005) Programa de Estabilidade e Crescimento 2004-2007

*A verdade é como o azeite: acaba sempre por vir ao de cima. Um dos critérios básicos para a União Monetária é que o peso da dívida pública no PIB não ultrapasse os 60 por cento. Ora vejam os leitores como tem andado a dívida portuguesa, consoante os governos: com Cavaco, dívida a crescer, até ao máximo de 64 por cento; com Guterres ao leme (e Sousa Franco nas Finanças), a dívida a descer; com Durão Barroso-Ferreira Leite, a dívida quase, quase a ultrapassar o tecto dos 60 por cento*

PRÉ-CAMPANHA  
**CARTAZES  
EUROPEIAS 2004**

**Acção  
Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accao